

CAPÍTULO 3. Os Desdobramentos da Expansão Canavieira no Mato Grosso do Sul

Não podemos olvidar o quanto o agronegócio canavieiro marca o território sul-mato-grossense, mediante sua faceta exploratória e degradante, com a cimentação de relações de poder em seus diversos níveis e que legitimam a dominação sobre trabalhadores, quer diretamente, quer indiretamente vinculados à agroindústria canavieira bem como via desenvolvimento de formas de controle sobre o trabalho, com finalidade última da extração do sobretrabalho. Como se não bastasse, corrompe a própria relação homem-natureza, ao subverter aos seus próprios interesses a sua utilização, que, no caso particular retratado, se faz, por exemplo, pela utilização da terra como mercadoria, a qual legitima o negócio da agri(cultura)¹⁴⁸, implicando pois, a tendência à hegemonia de um único modelo de produção, contrário afinal à diversidade.

Vejamos, pois, no Capítulo 3, alguns elementos resultantes das transformações em curso, diante do atual processo de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, a começar pela questão indígena.

3.1 Algumas Questões Sobre o Trabalho Indígena nas Agroindústrias Canavieiras Sul-Mato-Grossenses

Quando pensamos na expansão do setor canavieiro no território sul-mato-grossense, por exemplo, não podemos desvencilhar disso questões pontuais, tais como a inserção da mão-de-obra nas unidades produtivas de açúcar e álcool, a exploração do trabalho expressa nas relações de produção, a migração de sujeitos, homens e mulheres, na busca da venda de força de trabalho, sem contar a inserção das populações indígenas nessa atividade econômica, a qual é, segundo Aquino (2007), uma forma dêem que se “aproveita, escraviza mesmo os índios”.

¹⁴⁸ Fazemos alusão ao interessante livro de Porto-Gonçalves (2006).

Ainda nesse sentido, vale a pena refletir sobre o processo de desenraizamento e degeneração das relações inter-étnicas e culturais, no âmbito da população indígena, a qual passa por situação ameaçadora, ao se ver oprimida pelas relações de dominação expressas pela sua incorporação às relações capitalistas de produção. Assim, a expansão canavieira acentua a desestruturação de um modo de vida, conforme destaca Aquino (2007, p. 01), em intervenção por nós provocada, durante I Seminário sobre as Transformações Rurais em Mato Grosso do Sul¹⁴⁹:

Para nós, indígenas, isso especialmente para as mulheres né?, é muito preocupante, porque os homens eles não conseguem mais trabalhar para sua família e o que preocupa bastante é com esse crescimento de usinas, mais próximas das aldeias, é que os homens têm mais facilidade de sair e ir para essas usinas e com isso abandonam as suas famílias e porque a usina agora leva o homem das aldeias e enquanto não completar o contrato de 60 dias ou mesmo de um ano, como a usina de Naviraí faz, e enquanto isso a família fica lá na miséria e nós que já temos um monte de problemas na terra, não temos homens para poder estar acompanhando esses problemas, então isso também prejudica bastante.

Tal depoimento nos remete, no caso dos indígenas, a um processo de despossessão que de forma crescente atinge esses sujeitos, fazendo-os sempre dependentes e subordinados aos interesses da sociedade capitalista de produção e, nesse sentido, desestruturando seu modo de vida natural, suas relações com seus entes e, inclusive, sua relação com a natureza, que se torna mais distante. Amparados nesse aspecto, temos ainda o germe da dissolução de seus vínculos com a terra, a qual é o principal fator gerador de conflitos, o que é expresso no reduzido espaço a que estão restritos atualmente.

Aliás, podemos apreender relações entre a expansão canavieira e sua concentração espacial, principalmente no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, a questão da qualidade do solo e, portanto, a obtenção da renda diferencial da terra pelos capitalistas, e a demarcação das terras indígenas na referida área, porque a região denominada “Grande Dourados” – que engloba os municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Rio Brillhante, Maracaju, Fátima do Sul, Caarapó, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Juti e Vicentina – é uma das mais cobiçadas porções do Estado, pelo capital canavieiro.

¹⁴⁹ Trata-se de evento ocorrido na UFGD entre os dias que teve por objetivo discutir as transformações em curso no Estado do Mato Grosso do Sul com destaque para as consequências da expansão canavieira e seus desdobramentos para os assentados/acampados, quilombolas, indígenas, etc.

O que pode ser observado pelo depoimento de Egon Heck, em entrevista realizada pela Unisinos, na qual destaca que mais de 25 mil índios Guarani/Kaiowás estão confinados em comunidades indígenas, sendo que, de modo geral, as suas terras estão situadas nas porções mais férteis, no extremo sul do Estado. Acrescenta Heck (2007):

Hoje, os fazendeiros cobram o dobro no arrendamento de um hectare de terra utilizada para o plantio de cana-de-açúcar, referente ao mesmo espaço que arrendam para a plantação de soja. Realmente, isso desencadeia uma corrida frenética em direção às melhores terras [...].

Concomitantemente, nesse cenário, temos a presença de cinco municípios nos quais se localizam nove aldeias e/ou reservas indígenas. Ou seja, essa porção de Mato Grosso do Sul concentra aproximadamente 35% da população indígena do Estado, a qual, segundo a FUNAI, é de cerca de 54 mil índios.

Buscando comparar a situação dos indígenas em Mato Grosso do Sul, Heck (2007) sublinha que “hoje, na região, existem mais de 20 milhões de cabeças de gado, que dispõem de 3 a 5 hectare de terra por cabeça, enquanto os índios Guarani-Kaiowá não chegam a ocupar um hectare por índio”. Tal aspecto reflete o verdadeiro “holocausto” a que estão submetidos os índios, os quais ocupam áreas que se resumem a verdadeiros “campos de concentração”, como destaca o autor.

Continua Heck (2007, p.02):

Essa situação será agravada com o plantio intensivo da monocultura de cana-de-açúcar, nestes próximos anos. Aliás, esse processo já está aceleradamente em curso, o que faz com que os índios, em primeiro lugar, se tornem vítimas do próprio trabalho escravo da cana-de-açúcar.

É importante frisar que Mato Grosso do Sul apresenta o segundo maior número de indígenas do país e que, como é crescente o número de envolvidos com a atividade canavieira, pode ocorrer o declínio do nível de mobilização e de reivindicação por terras, por parte dos indígenas, o que se configura como uma questão importante no momento vivido, conforme podemos observar através dos movimentos sociais.

Em entrevista com a representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Maria Fátima dos Santos Eberhart, em 2 de novembro de 2007, esta revelou que a FUNAI vive um momento de reestruturação, após um período de precariedade, concretizada pelo equipamento das unidades regionais e locais, concursos públicos, intensificação de ações etc.

A unidade da FUNAI visitada em Dourados representa toda a área de fronteira – administração executiva regional/Conesul¹⁵⁰ – enquanto a unidade da FUNAI de Amambaí está escalonada na categoria local.

De acordo com a entrevistada, são sete as áreas de conflito por terra envolvendo índios atualmente, sendo uma das mais destacadas a de Coronel Sapucaia. Para a Sra. Eberhart, é necessário regularizar a situação fundiária.

Em relação ao trabalho indígena nas usinas de Mato Grosso do Sul, chamou a atenção para as empresas que mais comparecem nos processos de dívida com os trabalhadores, isto é, em que os mesmos são lesados em seus direitos e então buscam auxílio junto à FUNAI para receber salários atrasados, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) etc.: Debrasa, Usinavi, Santa Olinda.

Nesse sentido, foi apontado que existem casos de indígenas que trabalharam desde 1999, 2000 e não receberam o FGTS da empresa Debrasa, pertencente ao grupo José Pessoa¹⁵¹, que, aliás, utiliza-se de várias razões sociais nos contratos de trabalho, sendo difícil identificar o real sujeito da ação, afirma Eberhart. Apontou problemas ainda nos casos da Unialcool e da Coimbra, as quais também empregam trabalhadores indígenas.

A título de exemplo, observem-se alguns dados cedidos pela Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho, no Estado do Mato Grosso do Sul, em Trabalho de Campo realizado em 2007, os quais demonstram a configuração espacial dos trabalhadores indígenas nas usinas do Estado, em 1997, quando, dentre as 8 unidades produtivas em funcionamento, apenas a Coopernavi, a Passatempo e a Maracaju não usavam a mão-de-obra indígena em suas plantações. Notamos: 1) Debrasa: 17 grupos (1.201 indígenas), sendo 4 grupos Terena e 13 Guarani/Kaiowa, com média de 70 indígenas por grupo e de 55 a 60 dias longe da aldeia. 2) Santa Helena: 11 grupos (576 indígenas), 1 grupo Terena e 10 grupos Guarani/Kaiowa, média de 52 indígenas por grupo, em que permaneciam cerca de 60 dias longe da aldeia. 3) Sonora Estância: 12 grupos (539 indígenas), sendo todos Terenas, com média de 45 indígenas por grupo e de 49 a 60 dias longe da aldeia. 4)

¹⁵⁰ Segundo Eberhart, em entrevista realizada em 19 de setembro de 2008 (via *e-mail*), o denominado Conesul corresponde ao domínio de 37 aldeias e 18 acampamentos, totalizando mais de 40.000 indígenas.

¹⁵¹ Sobre a exploração do trabalho na agroindústria Debrasa, ver Ribeiro (2001).

Santa Olinda: 6 grupos (340 indígenas), sendo 3 grupos Terena e 3 Guarani/Kaiowa, com média de 56 indígenas por grupo e de 30 a 55 dias longe da aldeia. 5) Santa Fé: 3 grupos (147 indígenas), todos Guarani/Kaiowa, com média de 50 indígenas por grupo e de 60 dias longe da aldeia.

Verificamos o fato de a referida Comissão de Fiscalização ter realizado visitas às agroindústrias, entre o dia 2 e 7 de junho de 1997, considerando como itens avaliados os alojamentos, banheiros/sanitários, cozinha, higiene/limpeza, assistência e lazer. Nesse caso, notamos a pontuação das referidas unidades em funcionamento (Tabela 12), numa escala de 0 a 10, e que reflete, de modo geral, uma má qualidade das condições de trabalho.

Tabela 12: Pontuação das Agroindústrias Canavieiras Segundo a Comissão Permanente de Fiscalização no Mato Grosso do Sul – 1997.

Unidade	Alojamento	Banheiros/Sanitários	Cozinhas	Higiene/Limpeza	Assistência	Lazer	Total
Debrasa	5	4,7	8	6,3	6,3	6,3	6,1
Santa Helena	5	8	9,5	5	8	5	6,8
Sonora	9	8	8,5	9	9,5	9	8,8
Santa Olinda	6	5	7	6	6	5,5	5,9
Santa Fé	6	3	6	4	6	4	4,8

Fonte: Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul (1997).

Org.: Azevedo, J.R.N. de (2008).

Podemos apreender, por meio da Tabela 12, que das agroindústrias canavieiras verificadas em 1997, a partir da utilização de mão-de-obra indígena, apenas a Santa Fé obteve menção inferior a 5 (mínimo), destacando-se positivamente a unidade Sonora, o que não permite que afirmemos a existência de boas condições de trabalho, porque afinal, nesse período, a média geral foi de 6,48 no Estado.

Por outro lado, sobre a forma de arregimentação nas agroindústrias, Eberhart aponta “desde muito tempo os índios entram nas usinas por meio de cabeçantes os quais são representantes diretos dos indígenas. Eles pegam os documentos dos índios para fazer a contratação junto à usina e recebem por eles sendo que muitas vezes nem sequer repassam o dinheiro para os trabalhadores. Geralmente eles ficam sete meses numa empresa e depois vão para outra”.

A entrevistada acredita que os indígenas devem ter tratamento diferenciado e que deveria haver maior fiscalização. Nesse sentido, aponta que “as usinas estão com o coração na mão” diante dos últimos acontecimentos, como dos

protestos contra a monopolização do território com a cultura canavieira, em relação às discussões sobre o meio ambiente e as condições de trabalho.

É nítida a exploração da força de trabalho vista em algumas unidades produtivas que utilizam mão-de-obra indígena, como podemos constatar na usina Dourados, onde existe, como em tantas outras no Estado de Mato Grosso do Sul, a figura do cabeçante, ou seja, essa espécie de tutor dos índios, que, ao saírem das aldeias, ficam à mercê desse sujeito, o qual, segundo entrevista com o índio Luciano, da citada usina, “recebe por nós”.

Vale ressaltar que, no caso acima mencionado, não apenas o cabeçante subjuga os trabalhadores indígenas, ao se apropriar ilegalmente dos frutos do seu trabalho, como também o faz o próprio cacique da aldeia – que, conforme o engenheiro agrônomo da usina Dourados, “pega 8% dos que os índios recebem da empresa”. Portanto, a relação de expropriação se dá em rede, por fios visíveis, num processo expropriatório intenso e veraz.

Assim, é relevante a observação de Thomaz Júnior (2002, p. 215):

Vê-se, então, que os sistemas de remuneração (juntamente com as formas de medição, classificação e pagamento) são armas importantes, disponibilizadas pelo capital, que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobretrabalho, como também o controle do processo de trabalho e da superexploração do trabalho, que chega às raias da semi-escravidão.

É verdade que algumas medidas são estabelecidas pelas unidades produtoras, com o intuito de assegurar a permanência da mão-de-obra nos canaviais, a exemplo do número de dias que os indígenas ficam nas empresas, ou seja, sabendo-se que os mesmos preferem estar sempre em contato com a aldeia, sua família e suas tradições, as empresas têm-lhes permitido visitas programadas a cada 45 dias a sua aldeia, por um período de 4 dias, diferentemente do que é comum nesses casos, isto é, períodos longos de 70 dias.

Além dessa medida tomada por algumas unidades de produção, verifica-se que os índios passam a poder pedir a rescisão do contrato de trabalho ao fim das safras, sem com isso ser demitidos por justa causa, o que permite a liberação do FGTS e pagamento de multa de 40% sobre o seu valor total, além de os mesmos poderem, em anos alternados, requerer o seguro-desemprego, o que assegura aos trabalhadores em questão o deslocamento para outros locais, durante as safras, o que não seria possível, se não ocorressem essas mudanças.

Temos, nesse caso, uma abertura do capital às necessidades dos trabalhadores indígenas, que está vinculada à necessidade de força de trabalho pelas agroindústrias.

A esse respeito, ressaltamos o posicionamento da FETAGRI¹⁵², manifestado por sua representante, Ana (p.04):

[...] só que hoje já têm muitos indígenas que preferiam ter a mesma relação de trabalho igual os demais, só que é uma coisa que assim o ministério público do trabalho até hoje não abriu mão, acha que tem que preservar os costumes indígenas, mas já tem os indígenas que já estão querendo mudar isso, essa relação de trabalho, mas está prevalecendo este pacto indígena com vários órgãos.

Sobre a questão indígena, particularmente, em relação a sua inserção na atividade canavieira, o Secretário Adjunto de Estado, Wilson Gonçalves (p. 08), acredita que, com a implantação de novas usinas, no Estado de Mato Grosso do Sul, vai melhorar a situação do índio, já que não será necessário ficar longe da sua aldeia. Nesse sentido, vejamos um trecho do seu depoimento:

Bom, o índio, a sua maioria é de Amambaí, estão saindo 2 usinas em Amambaí e o índio saía de Amambaí e ficava 60 dias em Sidrolândia, pelo acordo que eles tinham. Sabe o que vai acontecer agora? O índio vai trabalhar lá em Amambaí, vai para sua casa todo dia, o ônibus vai pegar lá na usina e devolver, quer dizer, se o índio deve trabalhar ou não, quem tem que decidir é o índio, não cabe mais, eu acho que ele quer trabalhar, tem muita gente que defende que o índio não devia trabalhar, eu sou contrário, veja bem, Amambaí vai ter (usina), Caarapó, Ponta Porá vai ter duas, então vai acabar com esta história do índio, para mim vai melhorar, o índio vai voltar para casa dele, isso é importante, se você deixa o índio lá, uma garrafa de pinga detona, né? Então isso aí eu vejo como *status* e nós vemos assim, vai melhorar o nível para eles, porque ele vai poder, a usina vai buscar ele lá na oca dele, isso vai acontecer aqui no Estado.

Segundo outra entrevistada na FUNAI, Eunice Marcos Coutinho, em 2 de novembro de 2007, não existe uma estimativa exata de quantos indígenas estão trabalhando na agroindústria canavieira, no Mato Grosso do Sul, apesar de o MPT calcular que sejam em torno de 13 mil índios. Para Pereira (2007), “a busca da mão-

¹⁵² A FETAGRI representa, no Mato Grosso do Sul, 68 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de um conjunto de 70 existentes no Estado.

de-obra indígena deve-se, sobretudo ao desinteresse de outros grupos: os não-indígenas não querem saber do trabalho dos canaviais, que é pesado e considerado de segunda categoria”.¹⁵³ Em decorrência, tem-se a vinda de migrantes, que, juntamente com os índios, compõem o quadro de trabalhadores nas unidades de produção, submetendo-se a condições precárias de trabalho.

Nesse contexto, o empresariado sabidamente tem-se beneficiado das condições adequadas para expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, que ainda conta com vantagens como a topografia, a “disponibilidade de terras” e de financiamentos, para constituição de suas obras faraônicas.

Se não bastasse, ainda elege os indígenas como sustentáculo para sua evolução financeira, que, como temos observado, está encimada na exploração de índios e não índios pelo território. Em matéria publicada no jornal *O Progresso de Dourados*, que, aliás, é o mais antigo do município, em 19 de junho de 2007, pode-se ler que isso se vislumbra, na sociedade da mercadoria, como uma verdadeira promoção, porém com uma particularidade, pois se trata de seres humanos, segundo confirma o empresário Celso Dal Lago, que diz que temos, além dos aspectos já lembrados, “uma mão de obra perfeita para a indústria canavieira que são os trabalhadores indígenas” (p. 5).

Assim:

Após séculos de extermínio, escravidão, re(des)-territorialização, (re)agrupamento e (re)aldeamento etc., os índios “enfim”, “ganham um lugar ao sol” enquanto trabalhadores aptos a “desfrutar” (quase sempre unicamente em desejos) do mercado de trabalho e consumo, isto é, do sistema do capital. “Inseridos” pela porta dos fundos na sociedade capitalista, desvendam paulatinamente a falta de regimento e proteção efetiva nos locais de trabalho e, de forma geral, na sociedade como um todo. (RIBEIRO; THOMAZ JÚNIOR, 2001, p.07).

Faz-se necessário refletir, contudo, sobre a validade da lei que, em Dourados, determina que, em 2009, as queimadas devem se acabar, o que impõe que o corte da gramínea seja mecanizado e seja dispensada a maioria dos trabalhadores braçais. Como ressaltamos, a usina Dourados contrata especificamente trabalhadores índios; veremos, *a posteriori*, qual o estratagema que utilizará, para continuar sua acumulação de capitais, o que pode ser realizado com a arregimentação de

¹⁵³ De acordo com matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de fevereiro de 2008, intitulado “Canaviais empregam mais índios”.

nordestinos e mineiros, tal como a maioria das agroindústrias canavieiras fazem ou mesmo dessa forma e da outra, em menores proporções para as atividades produtivas que não necessariamente o corte, apesar de que nem todas as áreas são propícias ao corte mecanizado.

Como sabemos, as possibilidades existem para o empresariado canavieiro, e os trabalhadores estão localizados em áreas estratégicas, do ponto de vista da expansão da cana-de-açúcar, como podemos notar na porção sul do Estado.

A distribuição dos indígenas na área enfocada (Tabela 13) deixa clara a concentração dessas populações, sobretudo no município de Dourados.

Tabela 13: Relação de Terras Indígenas por Aldeia no Cone-Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

	Aldeia	Nº de Pessoas	Nº de Famílias	Município
1.	Bororó	6.000	1.105	Dourados
2.	Jaguapiru	6.000	1.180	Dourados
3.	Te'y Kue	3.732	790	Caarapó
4.	Gueraroká	125	31	Caarapó
5.	Panambi (Lagoa Rica)	782	165	Douradina
6.	Jarará	351	106	Juti
7.	Taquará	460	61	Juti
8.	Sucury	157	45	Maracaju
9.	Passo Piraju	73	23	Dourados
10.	Lima Campo	185	41	Ponta Porã
11.	Jaguapiré	638	159	Tacuru
12.	Panambizinho	315	74	Dourados
13.	Amambaí	5.604	953	Amambaí
14.	Porto Lindo	3.400	547	Japorã
15.	Taquaperi	2.470	490	Coronel Sapucaia
16.	Sombreiro	240	60	Sete Quedas
17.	Aral Moreira	64	14	Aral Moreira
18.	Yvi Katu	420	70	Japorã
19.	Arroio Cora	217	63	Paranhos
20.	Cerrito	489	106	Eldorado
21.	Campestre	323	78	Antonio João
22.	Guaimbé	581	83	Laguna Caarapã
23.	Guassuty	352	59	Aral Moreira
24.	Rancho Jacaré	373	76	Laguna Caarapã
25.	Kokuey	153	36	Ponta Porã
26.	Limão Verde	1.049	202	Amambaí
27.	Paraguassu	475	78	Paranhos
28.	Pirajuí	1.821	288	Paranhos
29.	Pirakuá	346	79	Bela Vista
30.	Potrero Guassu	488	71	Paranhos
31.	Sassoró	2.607	427	Tacuru
32.	Sete Cerros	456	73	Paranhos
33.	Jaguari	380	57	Amambaí
34.	Tin Kaájara	192	32	Amambaí
35.	Kurussu Amba	228	38	Amambaí
36.	Nhanderu Marangatu	354	78	Antonio João
37.	Pakurity	15	3	Dourados
38.	Itanhum	97	22	Dourados
39.	Mudas	25	9	Dourados
40.	Curral de Arame	14	5	Dourados
41.	Picadinha	28	6	Dourados
42.	Aroeira	140	6	Rio Brilhante
43.	Assentamento Wilson	60	10	Rio Brilhante
44.	Assentamento Alegrete	60	10	Rio Brilhante
45.	Santiago Kuê	130	24	Naviraí

Fonte: FUNAI (Dourados/MS), 2007.

Em entrevista com um trabalhador da usina Passatempo, de Rio Brillhante, em 12 de novembro de 2007, foi destacado que, em relação à mão-de-obra indígena, a empresa tem contrato com trabalhadores de Sidrolândia; contudo, o informante ressaltou que os índios não ficam no município de Rio Brillhante, retornando à tarde para a sua aldeia. Atualmente, há apenas uma turma vinculada à empresa, embora existam momentos em que esse número aumenta significativamente.

Em Naviraí, conforme entrevista com o presidente do STR, Alexandre, em 9 de janeiro de 2008, ocorre também a contratação de indígenas, os quais representam em torno de 600 trabalhadores, no conjunto, sendo arregimentados principalmente nas aldeias do sul do Estado, em particular de Dourados e Eldorado.

Interessantes aspectos notamos em Sonora, onde, segundo o presidente do STR, Antonio de Oliveira Neto, não se contrata mais mão-de-obra indígena desde 1997, já que começou a não compensar mais para a empresa, na medida em que “o MPT queria fichar os índios como os demais, aí não acharam interessante e desde então parou a sua contratação, que representava naquele momento a metade dos trabalhadores na usina”. O entrevistado chamou a atenção ainda para o fato de a cidade ter crescido e atraído trabalhadores de outras porções do país, o que contribuiu para diminuir a dependência anterior.

Dentre as unidades produtivas de Mato Grosso do Sul onde foi possível constatar um dos maiores focos de contratação de trabalhadores indígenas está Nova Alvorada do Sul, onde são arregimentados cerca de 1500 índios, o que, como já destacamos, tem sido causa de conflitos no âmbito da empresa, culminando em greves.

Para Ribeiro (2001, p. 334), “o deslocar do meio original, o desarraigar das relações socioespaciais nesse costuradas e o mergulho em outros contextos promovem inexoravelmente um reexame e reformulação do sujeito à nova realidade”, ao passo que “as determinações são outras, como também as possibilidades, as formas e os aspectos sócio-culturais de realização do trabalho e da vida”, o que, por sua vez, “quando malévolas as causas que estão a incitá-la, tende a migração territorial a deixar profundas cicatrizes psicológicas”.

Como exemplo de contratadores de mão de obra indígena, devemos lembrar também os grupos Benedito Coutinho e J. Pessoa, sendo que o primeiro, em particular, lida com ela em suas unidades de Nova Andradina (Santa Helena) e Rio Brillhante (Eldorado). Já o segundo, tem longa tradição em arregimentar índios, uma vez que vislumbra, não diferentemente das demais, “a redução dos encargos e direitos

trabalhistas, por ser a relação contratual de curta duração e quase que totalmente controlada pela empresa” (RIBEIRO, 2001, p.339), o que se completa pela “superexploração do trabalho a ritmos alarmantes, um adensamento no nível da pobreza e da precariedade física, mental e social dos trabalhadores” (ibidem).

Ao refletir, em seu trabalho, sobre as conseqüências das migrações para a sociedade indígena, Ribeiro (2001, p. 338/39) enfatiza pelo menos quatro aspectos, quais sejam:

[...] a) Contínua e paulatina descaracterização (ou o que muitos chamam de assimilação) cultural, com as inevitáveis mudanças de comportamentos e mentalidades recorrentes dos novos contatos e meios deparados; b) um desenraizamento territorial do meio que se lhe apresentava como o substrato ou o universo geográfico de sua identidade social; c) desestruturação familiar; d) multiplicação exponencial de problemas psicológicos, advindos de toda a ordem de fatores (distância da família; desidentidade ou aversão inicial com o local de chegada; hostilidades, não raras às vezes, com a sociedade contatada, que o vê como o forasteiro e ladrão dos escassos empregos disponíveis), entre outras seqüelas.

Por outro lado, faz-se necessário também apreender os momentos que marcam a expansão do setor canavieiro, em Mato Grosso do Sul, quais os fatores que contribuem para esse interesse súbito (?) do capital, até que ponto impactará a população, como se desenvolverá a relação homem-natureza, tão cara à geografia, nessa região marcada principalmente por uma divisão territorial do trabalho calcada, fundamentalmente, na exportação de produtos primários, como carne, soja etc.

Vejam, a seguir, outro desdobramento da expansão canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul, isto é, sobre a incorporação pelo capital dos assentamentos e dos trabalhadores vinculados ao mesmo, em algumas áreas do Estado.

3.2 A Incorporação dos Assentados e dos Trabalhadores Acampados ao Circuito do Capital Canavieiro

Um dos aspectos que nos chamou a atenção, no decorrer da pesquisa, é a incorporação dos assentados ao circuito produtivo da cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul.

Inclusive, é importante destacar que “a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa” (FERNANDES, 1999, p. 270), sendo que, “no interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar”, de sorte que os fatores políticos e econômicos são determinantes nesse contexto, relacionado ao modelo de desenvolvimento agropecuário implantado no país, que é concentrador e excludente.

Não podemos negligenciar o fato concomitante de o Mato Grosso do Sul se apresentar, no âmbito das ocupações no campo, com a maior ocorrência da região Centro-Oeste do país, totalizando 2.870 famílias acampadas, a partir de 47 acampamentos, envolvendo por sua vez 15.191 famílias, o que representa a maioria dos casos na referida área¹⁵⁴, como aponta a CPT (Tabela 14).

Tabela 14: Conflitos no Campo: a região Centro-Oeste do Brasil (2006).

Regiões /UF	Ocupações	Famílias	Acampamentos	Famílias	Conflitos por Terra	Famílias	Total de Ocorrências	Total de Famílias
Distrito Federal	3	500	1	150	4	395	8	1.045
Goiás	13	1.530	1	50	15	1.531	29	3.111
Mato Grosso do Sul	22	3.700	6	2.870	19	8.621	47	15.191
Mato Grosso	4	870			31	5.554	35	6.424
Subtotal	42	6.600	8	3070	69	16.101		25.771

Fonte : CPT, 2007.

Verifica-se, pois, a ocorrência de 22 ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, as quais se especializaram pelas seguintes fazendas, no Estado: Angélica (Santa Rosa), Campo Grande (Morro Bonito), Chapadão do Sul e Costa Rica

¹⁵⁴ É importante destacar que tais movimentos pró-reforma agrária, durante 2006, foram responsáveis pela constituição de acampamentos em Angélica (Fazenda Macaco), Bataporã (Fazenda Primavera), Bodoquena (Fazendas Cachoeira e Boca da Onça), Novo Horizonte do Sul (Someco) e Rio Negro (Serra Brava).

(Mateira), Corumbá (São Gabriel), Nova Alvorada do Sul (Mutum I), Ribas do Rio Pardo (Avaré), Rio Brilhante (Lagoa Azul), Sidrolândia (Alambari, Eldorado, Eldorado II, Barra Nova, Serra Bonita, Santa Clara e Estrela), Taquarussu (Bela Manhã) e Terenos (Santa Mônica).

É importante, nesse caso, associar as áreas destinadas para a Reforma Agrária e a expansão da cana-de-açúcar no Estado, na medida em que a maioria dos municípios citados constituem, atualmente, fruto de interesses do capital canavieiro.

Por outro lado, segundo o INCRA (Tabela 15), temos a seguinte configuração em relação aos assentamentos na porção Centro-Oeste do país, no que diz respeito aos beneficiados:

Tabela 15: Assentamento de Trabalhadores Rurais no Centro-Oeste do Brasil – Relação de Beneficiários - 1995 a 2006.

SR	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
SR – 04/GO	1.026	2.097	2.128	2.303	2.115	1.766	943	657	421	377	2.490	3.036	19.359
SR – 13/MT	9.098	7.093	10.214	9.222	8.494	8.226	10.013	6.131	3.130	10.215	10.288	7.971	100.095
SR – 16/MS	280	1.625	2.564	2.381	660	2.142	1.976	2.412	380	3.512	6.031	2.627	26.590
SR – 28/EN	0	0	0	2.027	1.483	1.809	1.616	807	506	757	1.071	519	10.595

Fonte: INCRA, 2007.

O número de beneficiados, no período 1995 a 2006, foi significativo, com destaque para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que somaram respectivamente 100.095 e 26.590 SR (Tabela 15).

Dentre os trabalhos de campo realizados no decorrer da pesquisa, pudemos visitar alguns projetos de assentamentos (PA) e acampamentos, nos quais pudemos conversar com seus moradores e indagar algumas questões a exemplo de visita feita a Bataguassu, onde pudemos verificar a situação dos assentados.

Conforme entrevista com um assentado do Aldeia I – José Vieira dos Santos, há 8 anos no lote –, a situação é difícil tanto no que diz respeito ao acesso à terra, como à permanência na mesma, visto que, para consegui-la, é preciso muita luta e é preciso ter “opinião, porque, senão, não consegue”, bem como quando a terra já está sob seu domínio, pois, aí tem que tirar o sustento para a família, apesar de todos os contratemplos da natureza e do mercado (Figura 11).



Figura 11 - Assentamento Aldeia I, no Município de Bataguassu.
Foto : AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

O referido assentado possui 45 cabeças de gado e uma renda de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 reais mensais. Possui um filho estudando na escola local e outro que trabalha em propriedade rural vizinha. Seu José acredita que condições melhores virão¹⁵⁵, afinal, apesar de estarem na terra e de forma alguma pensarem em vendê-la, em virtude da luta que foi consegui-la, ainda ele e os demais assentados encontram grandes problemas, sendo a fertilidade da terra um deles. Nesse sentido, relata as perdas que teve, por exemplo, quando plantou mandioca, porque, quando plantou, o preço estava bom e, ao comercializar a safra, o preço do mercado tinha caído e não conseguiu o preço justo para saldar as dívidas.

Tal fato nos remete à situação do camponês, durante a Idade Média, que, ao se ver sob a dependência do mercado, passou a sofrer as conseqüências das grandes produções agrícolas, em vista de estas serem invendáveis; assim, de acordo com Kautsky (1968, p.28), “justamente o que lhe fora antes, uma benção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita”.

Outro exemplo dessa situação se verificou a partir da entrevista com Reinaldo José dos Santos, o qual é do mesmo assentamento, porém com uma história de luta – de acampamento – menos degradante do que o entrevistado anterior, mas nem por isso menos significativa.

O entrevistado destacou como uma das principais dificuldades conseguirem saldar os compromissos, dado o endividamento dos assentados. Disse que poderiam ser mais bem assistidos pelas autoridades, as quais muitas vezes nem

¹⁵⁵ Esse aspecto é ressaltado por Farias (2008), a qual destaca que a fé em Deus (religiosidade) e o fato de a terra prover as necessidades do homem, uma vez que tudo que se planta dá, constituem características do homem do campo, em particular do assentado, que se figura como um esperançoso por dias melhores.

se incomodam com seus problemas, apesar de estarem sempre cobrando por melhores condições, nos assentamentos, considerando a permanência na terra.

Outra vez lançamos mão das reflexões de Kautsky (1968, p.28), quando enfatiza que, “juntamente com a sua necessidade de dinheiro, desenvolvia-se e crescia igualmente a das forças que exploravam o camponês, os senhores feudais os príncipes e outros detentores da autoridade pública”. Não obstante, na atualidade, os responsáveis por tal exploração são outros agentes sociais, como, por exemplo, o usineiro e o grande proprietário rural, que vêm na força de trabalho barata do assentado/acampado uma forma de baratear custos.

Também não podemos nos esquecer de que muitos assentamentos/acampamentos se encontram próximos das unidades produtivas, o que, de fato, é interessante ao capital canavieiro, que outra vez tem à sua disposição e sem maiores sacrifícios o exército de reserva sequioso por ceder um dia de serviço para os empresários, em troca, pois, de dinheiro com o qual possa saldar suas dívidas, inclusive com o próprio banco, que, por vezes, é o agente financiador de operações em geral.

Nesse sentido, ressaltamos o depoimento colhido junto à FETAGRI/Campo Grande, através da Sra. Ana, que salientou que “atualmente tem vários trabalhadores de acampamentos e assentamentos que estão trabalhando na destilaria de álcool, tá? e eles passaram para cá tendo que aumentar essa mão-de-obra [usina]” (p.01).

Conforme a referida entrevistada, essa situação está ligada à “falta de alternativa de trabalho mesmo, né?, necessidade de trabalho”, sendo que a mesma justifica a vinculação dos assentados/acampados ao âmbito canavieiro, dizendo: “Gerar uma renda então assim, o leite [...] a maioria dos assentamentos produz leite, mas caiu muito o valor do preço do leite [...] falta alternativas, então é quando eles vão buscar uma alternativa de renda, trabalhar para as destilarias de álcool” (p.01).

Como exemplo dessa situação, ressaltamos entrevistas com trabalhadores de Bataguassu, os quais acreditam que a instalação da usina Itaguassu, no município de Bataguassu (Figura 12) será positiva para todos os assentados/acampados, os quais vivem em dificuldades, pois não conseguem retirar o sustento da terra e acabam vivendo de “bicos” aqui e ali – diárias, principalmente.



Figura 12- Empreendimento do Grupo Itamarati (MT) no Município de Bataguassu.
Foto : AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Essa experiência, vivenciada por crescente número de trabalhadores rurais, no Mato Grosso do Sul, está ligada às transformações em curso da família camponesa, a qual passa a ter desafios para garantir a sobrevivência:

As atividades desenvolvidas pela família camponesa se modificam, sendo muitas vezes, transferidas para a agroindústria, aumentando o processo de profissionalização dos indivíduos, ou seja, a família passa a desenvolver outras atividades que modificam a propriedade e a organização espacial, isso possibilita a ligação de algumas áreas ao complexo industrial urbano e, ainda, a saída de membros familiares para exercerem atividades exteriores ao lote. (FARIAS, 2008, p. 07).

Devemos ressaltar o caráter desse processo de profissionalização, o qual apresenta duplo sentido, ou seja, de inserção no mercado por necessidade, que, no caso do assentado, deveria estar atrelada à terra de trabalho, e de dominação do trabalho camponês pela agroindústria, que não se limita ao campo, mas se espalha pelos trabalhadores da cidade (bóias-frias).

Assim, é ressaltada pelos trabalhadores rurais, a contratação pela usina Itaguassu de trabalhadores do assentamento em atividades agrícolas, tais como na preparação de mudas da cana-de-açúcar e tratos culturais em geral, quando vários assentados são empregados por algumas semanas junto à empresa, proporcionando-lhes o recebimento de salário equivalente aos dias trabalhados.

É importante remeter à recente MP 410/2007, que acaba com a exigência do Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social de trabalhadores rurais nas

contratações por períodos de até dois meses, colocando como única exigência que o contratante (patrão) assine um documento com dados básicos do serviço, incluindo o nome e a inscrição do trabalhador na guia de recolhimento do FGTS. Ou seja, a partir dessa medida, temos o pagamento proporcional dos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, férias, 13º salário etc., sendo que a contribuição previdenciária será deduzida pelo patrão dos serviços e, conseqüentemente, recolhida ao INSS¹⁵⁶.

A mesma MP estabelece a prorrogação do prazo de contratação de financiamentos rurais e permite ao empresariado rural a flexibilização da lei, uma vez que amortiza a corrida contra o trabalho escravo, assim como a regularização das relações de trabalho no campo, pois fica fácil para os patrões alegarem que o trabalho é de curta duração, não se comprometendo com as obrigações trabalhistas, o que, de fato, já acontecia antes da MP, ficando agora amparado judicialmente.

Tal aspecto é particularmente interessante, em especial no caso da atividade canavieira, em que temos safras sazonais, quando significativa parte dos trabalhadores são dispensados temporariamente. Nessas circunstâncias, as agroindústrias poderão intensificar a contratação de trabalhadores em regime de curta duração e reduzir o número de trabalhadores fixos na entressafra.

Nesse cenário, observamos que existem discordâncias entre os próprios movimentos sociais, especificamente do meio sindical, o que é percebido pela posição favorável da CONTAG à MP 410/2007, que entende que essa medida poderá reduzir a informalidade no campo. É compactuante ainda dessa decisão a CNA que, por sua vez, representa os interesses do agronegócio no país e acredita que tal conquista “possibilita a prestação de serviço sem burocracia, mas garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários”¹⁵⁷.

Porém, inúmeras instituições representativas dos trabalhadores, como Federações, Organizações não-governamentais etc., manifestam-se contrariamente a tal medida, temendo que ocorra uma verdadeira intensificação da precarização do trabalho.

De seu lado, os trabalhadores observam essa situação sem críticas, não levando em conta que o empresário local se aproveita da ocasião para explorá-los, de maneira que, do ponto de vista do empregado, o patrão lhe está fazendo um favor, pois teria como contratar trabalhadores da cidade; na verdade, tem-se, por parte do “patrão”, uma forma de controle social sobre os trabalhadores, já que estes passam a

¹⁵⁶ A Medida Provisória 410 de 28/12/2007 altera a Lei nº. 5.889/1973, que instituía até então as normas reguladoras do trabalho rural.

¹⁵⁷ Conforme Nota Técnica nº. 001 – CNA (Brasília, 15 de janeiro de 2008).

depende e, conseqüentemente, submeter suas vidas à da empresa em fase de instalação na área.

No âmbito da agroindústria canavieira no Estado de Mato Grosso do Sul, presenciamos a incorporação de trabalhadores assentados e/ou acampados, conforme podemos verificar em outros lugares em que se territorializam unidades de produção.

Vejamos então, alguns exemplos, como a destilaria de álcool no município de Brasilândia, onde fizemos entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Leite de Noronha, à frente do sindicato há 18 anos. Ele apontou a existência de trabalhadores rurais dos seguintes locais: Fazenda Santa Maria, Mutum, Acampamento Esperança I e Acampamento Esperança II. Além destes, inquirindo o sindicalista sobre um acampamento à beira da rodovia (Figura 13), que dá acesso ao referido município, o entrevistado garantiu que o mesmo é “de fachada”, uma vez que os acampados trabalham em vários locais, não ficando nos barracos, para onde retornam somente no ato das reuniões. Desses trabalhadores parte significativa trabalha na Debrasa.



Figura 13- Acampamento às Margens da Rodovia que dá Acesso a Brasilândia.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Já em entrevista com o Presidente do STR de Dourados, Melquíades Antônio de Oliveira, pudemos apreender uma visão a respeito desta última área apontada, isto é, a porção de Brasilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, em relação ao arrendamento de terras para usinas e destilarias:

Eu acho que dependendo dos assentados que têm lá, eu acho melhor arrendar mesmo. Os projetos lá são grandes, 22 alqueires, 30 alqueires, eles não dão conta de tocar tudo aquilo lá, porque aquela terra é tudo ruim, investimento naquela terra que é de terceira, fraca, ela deu 4,5 de ph, deu 100 de alumínio e mais 100% de cupim, então é melhor eles arrendar para plantar cana e, quando tiver 5 anos, 4 anos, a usina entrega a terra e ela está no ponto para receber qualquer coisa¹⁵⁸.

Todavia, esse ponto de vista é criticado por Thomaz, Júnior (2007, p.07), que assim se posiciona:

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração.

Em Anaurilândia, pudemos averiguar outros exemplos como esses, a partir de entrevista, em 1º de agosto de 2007, com Carlos Augusto, do setor administrativo da usina Aurora, para quem a usina tem arregimentado trabalhadores dos assentamentos Barreiro, Santa Helena e de Vila Quebracho¹⁵⁹, no momento do plantio.

Ainda em Anaurilândia, de acordo com dados obtidos em entrevista com Edmar Rodrigues de Lima, Secretário de Desenvolvimento Econômico, em 16 de agosto de 2007, ocorre o predomínio da pecuária extensiva no município, sendo a pecuária leiteira pouco expressiva e característica das pequenas áreas. Na região, existem dois re-assentamentos, o Santa Rosa (Figura 14), com módulos de 5 hectares, e o Santa Ana, com módulos de 30 a 35 hectares. Também há um assentamento realizado pelo INCRA, o de Santa Irene, bem como dois pré-assentamentos, Esperança e Barreiro.

¹⁵⁸ Transcrição de entrevista realizada em agosto de 2007, p. 06.

¹⁵⁹ Trata-se de distrito do município de Anaurilândia, o qual, conforme pudemos constatar, por várias vezes, apresenta péssimas condições de infra-estrutura, empregos, lazer etc.



Figura 14 - Estrada de Acesso ao Assentamento Santa Rosa, no Município de Anaurilândia.

Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Sobre a utilização da mão-de-obra na usina, o secretário afirmou, com veemência: “Os trabalhadores dos assentamentos serão incorporados pela usina com certeza. Hoje o Barreiro e o Santa Irene¹⁶⁰ já fornecem mão-de-obra e a tendência é aumentar o número, conforme o adiantamento das obras”.

Tal posicionamento foi apreendido ainda em entrevista, no mesmo município, com as lideranças sindicais, para as quais se trata “de uma forma de garantir a mão-de-obra necessária para tocar as atividades da usina e também uma opção de trabalho para as pessoas da redondeza antes sem emprego”.

Em Batayporã, conforme o STR, existem três assentamentos, São Luiz, São João e Mercedina, que têm cedido mão-de-obra para usinas da região, segundo revela o trecho da entrevista a seguir:

- E já há trabalhadores vindo trabalhar nas usinas? No plantio, nesta fase mais inicial, ou ainda não?
- Quando a usina pegou umas pessoas pegou do assentamento também [...].
- O senhor não tem idéia de quantos, mais ou menos?
- Não tenho, mas sempre a base é uns 40, por aí, que ia trabalhar lá.

Já no município de Dourados, conforme nos apontou o representante da Secretaria da Agricultura, Amaral, se localizam alguns assentamentos que, por sua vez, também estão cedendo mão-de-obra para usinas da região. São eles: Amparo,

¹⁶⁰ De acordo com entrevista realizada em 11 de novembro de 2007, com Samuel Passos, trabalhador do grupo Aurora, o assentamento Santa Irene é o que reúne o maior número de trabalhadores vinculados à empresa, sobretudo na fase de plantio e preparação de terras, haja vista a proximidade com a área produtora da matéria-prima.

que possui 67 lotes de aproximadamente 16 hectares, Lagoa Grande, com 151 lotes de 22 hectares, além da Vila Formosa, que tem 41 lotes de 2,5 hectares.

Além dos contatos realizados com assentados de diferentes porções do Estado, pudemos igualmente entrevistar acampados e obter deles o posicionamento quanto à expansão da cana-de-açúcar bem como em relação a sua incorporação à agroindústria. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para entrevista realizada em 31 de outubro de 2007, com acampados ligados à CUT em Ivinhema/MS (Figura 15 e 16).



Figura 15 - Placa Situada à Margem da Rodovia, nos Arredores do Acampamento.

Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).



Figura 16 - Acampados da Associação Terra Prometida, em Ivinhema.

Foto: AZEVEDO, J.R.N.de (2007).

Para Sebastião, atualmente eles reúnem apenas 90 pessoas, embora há quatro anos e meio, quando formaram o núcleo de luta pela terra, estivessem em 600 trabalhadores, incluindo homens e mulheres, sendo que o resultado reflete as dificuldades constantes a que estão submetidos, cotidianamente.

Dentre essas dificuldades, o entrevistado salienta, por exemplo, as condições de infra-estrutura – moradia precária/provisória principalmente –, alimentação – conseguida, sobretudo, do que conseguem plantar nos locais em que se situam temporariamente, até o momento de receberem o lote em definitivo, daquilo que extraem da natureza, como frutas, além dos animais de pequeno porte, como galinhas e porcos que criam para sua própria subsistência – escola, que, por sinal, “é sempre um problema”, já que as crianças às vezes se encontram em locais de difícil acesso e/ou não se enquadram no universo dos demais estudantes citadinos. Não é raro que sejam enquadradas como desiguais/diferentes, sofrendo preconceitos, na medida em que são vistos em especial através de piadas e brincadeiras que menosprezam os pequenos, fragilizando ainda mais sua condição de sem-terra, de despossuídos, o que implica, segundo reforça o entrevistado, não poucas vezes a desistência destes em relação aos estudos.

Para outro entrevistado, Cícero, que está na luta pela terra desde a constituição do movimento, é flagrante a indiferença da prefeitura local e do governo estadual quanto à condição em que estão vivendo, além da ação dos próprios fazendeiros, que freqüentemente “contratam guardas para não deixar que a gente entre na fazenda e tome posse do que é nosso por direito”. Segundo ele, “tem um monte de gente aí que não tem documento das terras nessa região, aqui mesmo ao lado é uma [...] é tudo grilado”.

Questionamos sobre a implantação das unidades produtivas de açúcar e álcool no Estado de Mato Grosso do Sul, o que foi visto diferentemente pelos nossos interlocutores, isto é, enquanto para Sebastião será um “coisa positiva, porque vai gerar emprego pra gente”, para o seu Cícero, constitui algo indefinido, o que é expresso quando questiona “Será, moço, que isso vai ser bom mesmo para nós?”

Conforme os sujeitos do acampamento Terra Prometida, com quem conversamos, atualmente há apenas dois trabalhadores do acampamento empregados em usina, mas estes, quando tiveram que sair da área na qual se encontravam (Nova Andradina/MS), deixaram o movimento para permanecer no emprego.

Nessa perspectiva, cabe a seguinte reflexão de Thomaz Júnior (2000, p.43):

É possível identificar que à horda de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), portanto precarizados para terem acesso a terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos.

Interessante notar o fato de vários acampados nos questionarem em relação ao pessoal que vai lá perguntar sobre sua situação – jornalistas, fotógrafos e inclusive professores, mas que não fazem nada por eles, sendo que, no seu parecer, poderiam ajudá-los, pelo menos mostrando a condição em que se encontram e que não são “do mal”, pessoas perigosas e bandoleiras, como muitos pensam, já que “estão apenas em busca de um pedaço de chão para viver”.

É notável a necessidade de se promover a reforma agrária e combater o modelo do agronegócio, o qual é marcadamente expropriatório, destrutivo e desumano, sem contar que se estrutura a partir de relações de poder, historicamente constituídas, baseadas no latifúndio improdutivo/produtivo e nas relações de exploração do trabalho em diferentes contextos espaço-temporais.

Ainda em Ivinhema, pudemos entrar em contato com os trabalhadores do Acampamento Renascer (Figura 17), que indicaram a existência, entre os seus, de funcionários de unidades produtivas de açúcar e álcool da região, contudo não pudemos obter maiores esclarecimentos, em razão de diversos barracos estarem vazios, seja por seus ocupantes estarem trabalhando como bóias-frias, seja porque abandonaram o seu propósito de luta pela terra, seja ainda pelo fato de ser uma tática utilizada por alguns trabalhadores – de comparecerem apenas nos momentos-chave, quando pretendem a ocupação de terras propriamente dita, conforme foi ressaltado por sindicalistas, em nossa pesquisa de campo.



Figura 17 - Vista do Acampamento Renascer, em Ivinhema.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Neste sentido, é essencial a coesão dos movimentos sociais e fundamentalmente dos trabalhadores do campo e da cidade, no âmbito da luta pela terra, na medida em que é na pluralidade de contextos e situações que se vislumbra a saída da “crise”, que, nesse caso, envolve políticas públicas que vão além da exclusiva distribuição de terra aos camponeses, os quais não possuem o direito à terra e sua permanência na mesma, conforme pudemos observar através de séculos de privação e expropriação.

Ou seja, deve-se lutar contra todo “o expediente da grilagem de terra, da exploração do trabalho, da violência descomedida, dos assassinatos no campo, do apoio das elites que hegemonizaram o aparelho estatal” (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p.33), uma vez que “foi ao longo dos últimos 500 anos consolidando especificidades aos conteúdos das alianças políticas intraburguesas, e dos pactos sociais construídos num cenário marcadamente de exclusão social” (p.33).

Daí a necessidade em se pensar numa reforma agrária solidária, cuja característica fundamental seja a coesão de ações pelos camponeses e os assalariados puros, a exemplo dos migrantes, num contexto em que a “terra de trabalho” seja um ideal perseguido e as relações produtivas não sejam dependentes do capital canavieiro, por exemplo, ou de qualquer outra natureza, e que as forças produtivas, sobretudo, o próprio homem, estabeleçam uma relação de reciprocidade com a natureza na qual se encontrem.

Entendemos, dessa forma, que a Reforma Agrária não se resume ao recebimento de terra via órgão público, mas que é preciso ampliar a visão parcial com respeito à terra e sua apropriação, ou melhor, a terra e os homens que dela desfrutam e retiram suas potencialidades, em pelo menos duas classes distintas, quais sejam: a) aqueles que se servem dela para retirar a renda, através da monopolização do território, tendo em vista a acumulação de capitais reinvestidos na indústria; e b) aqueles sujeitos sociais que vêem a terra como forma de manutenção do seu modo de vida, que se ampara numa produção de cunho autônomo e soberano, de caráter policultor e não agressor da natureza, isto é, que busque outras formas produtivas onde homem e natureza formem uma unidade dialética, não excludente.

Para Santos (2002, p. 24), “uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica”, tendo em vista a busca de alternativas “que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas” (p. 25). Quer dizer, que tenhamos

formas de produção autônomas baseadas na realidade do camponês enraizado na terra, haja vista que este deve estar inserido em uma comunidade de interesses que, conforme destaca Shanin (1983, p.279), abranja um sistema de valores predominantes, que, por sua vez, se caracterize pela solidariedade da família, na medida em que esta “oferece o marco básico de ajuda mútua, controle e socialização”.

É importante combater, pois, o processo expropriatório em que o capital se alicerça, no âmbito do atual modo de produção, cuja característica marcante é justamente a produção de desigualdades de recursos e de poder, porque, segundo Santos, “a separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital” (p.27).

Contudo, é importante destacar que não é unânime a aceitação da atividade canvieira como possibilidade de desenvolvimento, como podemos verificar a partir de exemplo, em Angélica, da ocupação da fazenda Macaco¹⁶¹, localizada entre Angélica e Ipezal, numa área de 2,5 mil hectares, justamente num lugar que marca a territorialização da Adecoagro, vista anteriormente, e a concentração de migrantes, o que representa uma contradição, pois os sem terra impediram o plantio de cana-de-açúcar na área e reivindicam a reforma agrária, há vários anos.

Aliás, outro exemplo de combate ao modelo do agronegócio canvieiro em Mato Grosso do Sul pode ser observado na rodovia que liga Rio Brillhante a Nova Alvorada do Sul, onde é possível encontrar acampados que lutam contra a expansão da cana-de-açúcar e mostram sua indignação com faixas de protestos, na beira da pista, conforme pudemos verificar em diversos momentos da pesquisa de campo.

Em Nova Andradina, vimos manifestações contra a instalação do grupo Cerona, por parte de trabalhadores rurais sem terra vinculados ao MST e à FETAGRI, visto que a empresa tem expandido seus canaviais na fazenda Primavera, que se localiza no município de Batayporã. Para os trabalhadores, essa área poderá ser prejudicada, se não houver critérios que garantam a sua preservação e, nesse sentido, as conseqüências se espalharão para toda a sociedade local¹⁶², além do que a fazenda em questão é objeto de interesse para desapropriação pelos trabalhadores sem terra e a expansão canvieira seria uma forma de legitimar a propriedade da terra.

¹⁶¹ Sobre esta situação, ver matéria intitulada “Sem – Terra do MST e FAF invadem fazenda em Angélica”. Disponível em: <http://bbcnews.com.br/index.php?p=noticias&cat=115&nome=Fátima%20do%20sul&id=106981> Acesso em 07 jan. 2008.

¹⁶² A esse respeito, ver texto publicado no site da Câmara municipal de Nova Andradina, intitulado “Trabalhadores sem terra manifestam em prol da Fazenda Primavera”. Acesso em 14 jan. 2008.

Por isso, concordamos com Bihl (1998, p.132), quando ressalta que “o problema não é preservar uma ordem natural no quadro da qual a ação humana deveria estritamente se limitar, mas conseguir eliminar as retroações negativas sobre a humanidade de sua indispensável ação de transformação da natureza”.

Queremos assinalar, enquanto proposta no que diz respeito à reforma agrária, o uso das terras nas quais ocorreram denúncias de trabalho forçado, degradante, semi-escravo, escravo etc., que, por sua natureza desumana, vitimou trabalhador(a)s da cana-de-açúcar ou não, como alvos de projetos de reforma agrária, como forma de mitigação da exploração empreendida sobre os mesmos.

Concordamos, portanto, com Oliveira (1986, p.81), quando destaca que “a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

É necessário que tenhamos formas de produção autônomas, baseadas na realidade do camponês enraizado na terra e pela terra, haja vista que este deve estar inserido em uma comunidade de interesses, que pressuponha um sistema de valores predominantes, que se caracterize pela solidariedade da família, uma vez que esta “oferece o marco básico de ajuda mútua, controle e socialização” (SHANIN, 1983, p.279).

É importante combater, pois, o processo expropriatório em que o capital se alicerça no âmbito do atual modo de produção, cuja característica marcante é justamente a produção de desigualdades de recursos e de poder. Como sustenta Santos (2002, p. 27), “a separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital”.

Talvez o emprego do sistema de parcerias via cooperativa de trabalhadores entre os assentados seja algo a se pensar, tendo em vista que estes podem obter os meios necessários para se manterem, com a devida dignidade, na terra.

Nesse contexto, afirma Paulo Aurélio, representante do Sindal, (p. 02):

O Sindal/MS, representando as unidades sucroalcooleiras do Estado, tem firmado parcerias com o governo estadual e outras entidades representativas, com a finalidade de desenvolver e patrocinar parcerias entre os assentados e os indígenas, principalmente na área de fornecimento de alimentos produzidos por assentados e ou pela agricultura familiar e, com os indígenas, o apoio e a compra de equipamentos de segurança produzidos por comunidades de mulheres indígenas, além ainda de dar apoio a projetos de prefeituras [...].

Todavia, devemos salientar que tais iniciativas são isoladas e quase sempre demonstram um cunho meramente político, sem estarem vinculadas a mudanças estruturais.

Assim, discordamos daqueles que apontam ser a parceria entre assentados e usineiros algo positivo, já que, na verdade, quando se estabelece essa relação, o beneficiado é justamente o empresário, porque o pequeno produtor acaba arcando com os prejuízos, nos eventuais momentos de crise¹⁶³.

Não podemos omitir o papel da União no processo de reforma agrária, pois, conforme o artigo 184 da Constituição, a mesma deverá assegurar o cumprimento da função social da terra.

Em suma, são necessárias atitudes propositivas que visem à qualidade de vida para todos, via distribuição de renda e de terras, as quais passam obrigatoriamente não apenas pela reforma agrária, mas também pela reforma urbana, tributária etc., e que, em primeira instância, permitam que o trabalho, entendido enquanto a relação entre homem e natureza, não se estabeleça como meio de exploração de uns sobre outros, mas como ações integradas e solidárias de produção dos meios de subsistência, nas quais os trabalhadores encampem uma luta anti-capitalista, em que todos tenham condições iguais de desenvolver suas potencialidades.

Vejam, adiante, uma breve discussão sobre a questão das migrações no âmbito da atividade canavieira, no Mato Grosso do Sul, visto que o aumento de terras plantadas com a gramínea, resultante da instalação de novas agroindústrias, vem acarretando a intensificação da utilização dessa mão-de-obra, nos canaviais.

¹⁶³ Pudemos constatar situações similares em pesquisas realizadas no Oeste Paulista, entre 2001 e 2005.

3.3 O Cenário das Migrações na Atividade Canavieira Sul-Mato-Grossense

Estrangeiro

Pe. Alfredo J. Gonçalves

Estranho sou, vim de outro país
Estranho sou, vim de outra região
Estranho por ser estrangeiro
Estranho por ser diferente
Estranho, sem pátria nem chão.
Por teto tenho as estrelas
Por casa, apenas o chapéu
Sou o outro, o pobre, o excluído
Ando sempre aos embolésus
Justiça não há na terra
Mas há de haver no céu.
Grito – todos parecem surdos
Bato – porta alguma se abre
Caminho – muros, cercas, grades
Sem rumo e sem destino vagueio
Da vida só me resta a saudade.
Pai, mãe, irmãos... parentes
Esposa, filhos... famílias
Deles trago só lembrança
No peito, dor e solidão
E vou seguindo minha trilha.
Procuro um olhar – não há luz
Procuro uma palavra – só pressa
Procuro um sorriso – sem primavera
Procuro um rosto – fechado
Procuro um coração – de pedra.
Nova família hei de encontrar
Nova casa, gente nova, novo lar
- comunidade, movimento, união
Na luta por terra, cidadania e pão
Correntes vão sendo quebradas
Solidariedade é nossa morada
Mundo novo em mutirão se levanta
Semente viva que se faz planta.
(São Paulo, 21 de outubro de 1993)

Partimos nossa reflexão do poema “Estrangeiro”, acima transcrito, que nos revela diversos aspectos dessa trajetória de milhares de trabalhadores, em todo o mundo, e que, no caso da atividade canavieira, é de suma importância para o desenvolvimento das relações de produção e de trabalho, considerando que os migrantes são alvos certos de inúmeros grupos agroindustriais, que encontram nesse contingente expropriado a solução para suas necessidades, seja no momento do preparo da terra, do plantio da cana-de-açúcar, nos tratos culturais e/ou na colheita, valendo-se dos sonhos desses trabalhadores.

Conforme D’ Incao (1984, p.15), o movimento migratório é característico do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo que a terra, enquanto fator de produção, “leva os proprietários da terra a substituírem as antigas formas de pequena produção pela produção comercial”. Temos, para a autora:

Imensos contingentes de população deslocando-se do campo para a cidade, destituídos de qualquer meio de produção e reduzidos à condição de ofertantes de força de trabalho para os setores urbano-industriais, que se desenvolvem simultaneamente com a agricultura capitalista. (ibidem).

Nessa mesma direção, marcando a historicidade desse fenômeno, Martins e Vanalli (2004, p. 08) destacam que “os movimentos migratórios não são contemporâneos nem resultantes de fatalidades da natureza”, sendo que a “questão das migrações é universal e tem sua origem ligada a um movimento histórico marcado pelo cercamento das terras que expulsa o homem do campo, assim como pelo desenvolvimento do sistema fabril, que explora a sua força de trabalho” (p.12).

Em um esforço de abstração, poderíamos dizer que os trabalhadores historicamente passaram de escravos a servos do capital, sendo que, neste último momento dever-se-á considerar o seu não acesso à terra, bem como o não cumprimento da função social da mesma, que perpassa essencialmente pela garantia da dignidade humana e da própria sobrevivência do ser humano, enquanto ser que demanda um mínimo de condições para garantia da sua reprodução social. Assim, concordamos com Martins (1986), quando enfatiza que a migração temporária é, “contraditoriamente, um modo de desatar os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar” (p. 50).

Conforme temos observado, a partir da realização de trabalhos de campo pelos diversos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, o principal fluxo emigratório é sinalizado para os Estados de Minas Gerais, sobretudo da região do Vale do Jequitinhonha, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Maranhão (Mapa 5).



Assim, usando as palavras de Silva (2006, p. 129-130):

O grande exército de trabalhadores migrantes representa não somente o resultado do desenraizamento social e econômico, provocado pelo processo de expropriação em seus locais de origem, como também, um conjunto de seres, cuja condição humana é negada.

Dessa maneira, estamos atentos ao que tem sido comum, no Mato Grosso do Sul, repetido durante as entrevistas que temos realizado, ou seja, justamente o dito acordo entre o poder público local e os grupos interessados em implantar agroindústrias, quanto à contratação da mão-de-obra local, uma vez que isso tem acontecido numa intensidade ínfima, com explicação principal de que falta qualificação para os trabalhadores locais.

Percebe-se que algumas usinas e destilarias, como, por exemplo, a Energética Santa Helena, especializam-se na contratação dos migrantes ou, quando não, na mão-de-obra indígena, prática esta muito utilizada também por outras agroindústrias, como a Debrasa, em Brasilândia, a Usinavi, em Naviraí, a Santa Fé, em Nova Alvorada do Sul, a Eldorado, em Rio Brilhante etc.

Trata-se, de fato, de um exemplo de intensificação e superexploração do trabalho, caracterizado pelo assalariamento como relação de trabalho predominante, uma característica do mundo do trabalho hoje, haja vista que “o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano” (ANTUNES, 1999, p.232).

Vejamos um ônibus terceirizado pela usina Eldorado (Figura 18), levando os trabalhadores migrantes, ao fim do dia, para o alojamento, segundo presenciamos em trabalho de campo.



Figura 18 - Migrantes da Usina Eldorado, no retorno ao alojamento.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Em entrevista com o trabalhador rural José Luis (37 anos, do Piauí, em Rio Brilhante, em 02 de agosto de 2007), ele contou que veio, com sua turma, em 01/03/2007 para Rio Brilhante. É a primeira vez que vem e manda dinheiro todo mês para a família. Ficou sabendo da empresa por meio de outros trabalhadores, os quais já tinham vindo para trabalhar em unidades do Centro-Sul.

Segundo o entrevistado, um trabalhador da região que já reside no Mato Grosso do Sul segue para lá todo início de safra e, então, vêm todos com carteira assinada. Em 2007, vieram 46 pessoas destinadas ao corte da cana-de-açúcar somente para a usina Eldorado.

Quando vão embora, faz-se o acerto antes de retornarem a seus municípios de origem.

O entrevistado alega que muitas vezes eles vêm para “cá” por ilusão, provocada pelos outros trabalhadores, e, na busca por melhores condições de trabalho, resolvem tentar a vida em outras regiões do país. No entanto, para Martins (1973, p.19), “do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra”.

É, pois, um desafio para o trabalhador se estabelecer num lugar estranho, a partir de um contexto social ao qual suas necessidades o encaminham, no curso da sua “vida severina”. Sendo assim, na medida em que “[...] o migrante é um trabalhador, isto é, um portador de força de trabalho, e, portanto, a migração é o resultado do comércio internacional dessa mercadoria singular” (MARTINS, 1973, p.22).

Os sujeitos homens e mulheres deslocam-se no espaço, para cumprir sua árdua tarefa de servir ao capital, de sorte a garantir os meios necessários para perpetuar o processo exploratório por gerações vindouras, sendo, então, a migração mais um momento desse contínuo “processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona” (MARTINS, 1973, p.21). Ou seja, ainda na concepção de Martins (1986), temos como fenômeno central a ausência que reflete o fato de o temporário ser “aquele migrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’, ‘fora do lugar’, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente” (p.49-50).

Outro trabalhador, proveniente do norte de Minas Gerais, Edson da Silva, 28 anos, o qual no momento estava na capina, revelou que são 42 os trabalhadores que vieram do mesmo lugar. A sua trajetória, como a de tantos outros, é de andanças por outras usinas e destilarias do país, em busca de um lugar de fatura¹⁶⁴. Em consequência, o mineiro já trabalhou na usina Santa Helena, na safra passada – 2006/07 – e, nesta safra, está na Eldorado. Entende que são melhores as condições de trabalho na Santa Helena de Nova Andradina do que na Eldorado de Rio Brilhante, pois esta é muito exigente, com muitas cobranças, embora pertençam ao mesmo grupo econômico, fato este que o trabalhador não salientou. Chamou a atenção da diária, que gira em torno de R\$18,00¹⁶⁵.

Segundo o entrevistado, são vários os trabalhadores que ficam em Ipezal, o ônibus faz o trajeto para levá-los diariamente. Estes, quando necessitam de algo, se dirigem para o município de Deodópolis.

Esse aspecto foi um dos que mais nos chamou a atenção, na medida em que, ao nos deslocarmos para o citado município, tivemos uma amostra das condições a que estão submetidos os mesmos trabalhadores. Assim, em entrevista realizada com trabalhadores rurais em Deodópolis (alojamento), em 02 de agosto de 2007, encontramos cerca de 45 trabalhadores em uma construção precária de várias peças, as quais abrigam beliches/colchões.

Trata-se, portanto, do famigerado sistema do barracão, tão conhecido dos trabalhadores, em virtude das condições que os caracterizam, isto é, extremamente degradantes, com falta ventilação, espaço adequado para os trabalhadores, higiene (sujeira acumulada) etc. (Figuras 19 e 20).

¹⁶⁴ Alusão ao trabalho feito por Farias (2006), ao refletir sobre as “esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra”, em Mato Grosso do Sul, particularmente dos trabalhadores do acampamento América Rodrigues da Silva, em Três Lagoas.

¹⁶⁵ Conforme pudemos averiguar, na primeira safra da usina, a produtividade alcançou a marca de 149 t/ha, sendo que cerca de $\frac{3}{4}$ da cana-de-açúcar colhida se deu manualmente, em uma área de mais de 20 mil ha.



Figura 19 - Condições dos trabalhadores em suas horas de folga, no alojamento.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).



Figura 20 - Local onde os trabalhadores "guardam" alguns dos seus objetos.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Percebemos que existem semelhanças no processo que caracteriza a expansão canavieira no país, mesmo se tratando de Estados e épocas diferentes do avanço do agronegócio. Tal fato pode ser percebido pela afirmação de Thomaz Júnior (2002, p. 209), que salienta que o “traço comum é que esses trabalhadores se alojam, na maioria dos casos, em precárias instalações, cedidas pelas usinas e fornecedores, recebendo a denominação de barracões, ou ainda de pensões localizadas nas cidades próximas”.

Destaca-se nesse cenário a figura do “mineiro”, conhecido como o migrante que se desloca de diferentes áreas do país, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, em direção aos canaviais do centro-sul do país.

A propósito, Baccarin (1985, p. 132-133) ressalta a relação de domínio e controle dos empresários junto aos trabalhadores sujeitos a essa situação, na região

de Jaboticabal/SP, onde fez um estudo sobre os “trabalhadores rurais volantes”, cuja vida é similar à situação que temos diagnosticado, no Mato Grosso do Sul. Ou seja:

Além de tenderem a aumentar a competitividade entre os trabalhadores, parcela dos “mineiros” é mantida no interior das propriedades, alojada em barracões, permitindo maior controle sobre a mão-de-obra por parte do empregador no ajuste da jornada de trabalho, nos dias trabalhados na semana, na designação das tarefas a serem realizadas e mesmo nos salários estipulados para cada tarefa.

Embora vejamos, nessa etapa da instalação das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul, a contratação maciça de migrantes, o que é – pelas características e situação apontadas da relação de trabalho – um bom negócio para a empresa, fica claro nos depoimentos tomados, durante a pesquisa, que a opção a ser pleiteada pelos grupos será prioritariamente a de contratação da mão-de-obra local, com a própria qualificação dos mesmos. Acrescida a isso, percebemos a preocupação das agroindústrias em garantir mão-de-obra no período da safra e fixação dos trabalhadores.

Algumas medidas para atingir tal objetivo, a partir do Relatório de Impacto Ambiental da Usina Alavanca Bioenergia (p.143-144), a qual pretende se instalar no município de Nova Alvorada do Sul, são: “priorizar a contratação de mão-de-obra diretamente pela empresa via carteira de trabalho ou contrato de safra”, e “realizar a contratação de mão-de-obra preferencialmente do município da AID e AII¹⁶⁶”. De acordo com a empresa, no período de entressafra, os trabalhadores serão direcionados para plantio de rotação de culturas e apoio aos programas de recuperação ambiental.

Assim, os mecanismos de exploração são retomados, no âmbito da agroindústria canavieira, independentemente da área em que se localiza a produção; afinal, o que importa nesse caso é a extração da mais-valia e a obtenção da acumulação do capital.

Os trabalhadores vêm em março e voltam em dezembro, para sua região de origem. Há trabalhadores que já vieram outras vezes para o Mato Grosso do Sul, inclusive para a unidade Santa Helena de Nova Andradina e, em especial, para outros Estados, como São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

¹⁶⁶ Área de influência direta e área de influência indireta.

Do total dos trabalhadores encontrados no referido alojamento, a maioria é casada e proveniente do Maranhão, havendo também trabalhadores que vieram do Piauí e de Alagoas.

Thomaz Júnior (2002, p. 208) acrescenta a seguinte reflexão:

Essa migração de trabalhadores, que nada mais é do que migração para o capital, permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola, onde a arregimentação da força de trabalho ultrapassa não só os limites municipais, regionais, mas também estaduais.

A explicação para virem para o Mato Grosso do Sul, bem como para os demais Estados produtores do Centro-Sul, está no fato de as empresas pagarem melhor, inclusive pelo próprio recolhimento do FGTS, o qual se configura como uma obrigação por parte das unidades produtivas, mas que, todavia, nem sempre é realizada.

Os trabalhadores enviam, em média, R\$ 300,00 reais/mês para suas famílias. Conforme os mesmos trabalhadores, a saudade da família é muito grande, de sorte que alguns não resistem e retornam para suas casas, antes do fim da safra.

Tal situação permite refletir sobre as necessidades dos alojamentos do ponto de vista da empresa, uma vez que, se analisarmos a questão, perceberemos que se trata de uma forma de controle social em relação aos trabalhadores que ficam sujeitos aos desígnios da unidade produtiva, conforme a sua necessidade de utilização da mão-de-obra, evitando ao mesmo tempo que a situação fuja do controle da empresa, pois os trabalhadores são obrigados a se comportar da maneira estabelecida pela usina, sendo que o responsável por “administrar” o ambiente é a figura do “gato”, o qual se mistura aos trabalhadores e cria uma relação de poder no local. Dessa forma, ele possui autoridade e é elo entre as partes envolvidas.

Thomaz Júnior (2002, p. 209) enfatiza a circunstância de os trabalhadores “ficarem sob forte controle dos empresários, que não os liberam, na maioria dos casos, para participar de reuniões e assembléias dos sindicatos, nem sequer receber visitas nos fins de semana”.

É importante destacar, como resultado de incontáveis denúncias realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, em todo o país e, em particular, no Estado de São Paulo, desde o mês janeiro de 2008, a obrigatoriedade de as usinas cadastrarem os alojamentos dos trabalhadores rurais e casas de usinas, na Vigilância Sanitária dos respectivos municípios. Tal medida, que posteriormente deverá se

estender para os demais Estados da federação, deixou irritados os usineiros, que assim se expressaram por meio do Editorial de um de seus canais de divulgação¹⁶⁷: “Afinal até que ponto é responsabilidade da usina garantir moradia na cidade de seus trabalhadores, ainda que venham de outros Estados? Não se tem notícia de que outras indústrias e empresas façam isto. Será plausível?”

Através desse posicionamento, podemos apreender que o vício de séculos pode ser corrompido e isso causa indignação aos seus caciques, os quais buscam ainda se sobressair como os “bonzinhos” da história, na medida em que consideram o ato de abrigar os trabalhadores em seus “currais” como um verdadeiro favor, que por sinal deve(ria) ser digno de louvor e não de críticas.

Um outro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito à meta de produção, que, segundo os trabalhadores em questão, gira em torno de 10/12 toneladas de cana-de-açúcar por dia, de modo que aqueles que alcançam tal meta não têm descontada do seu salário a alimentação. Isto nos remete ao fato contraditório de que muitas lideranças sindicais e as próprias unidades produtivas ressaltam, em relação ao estabelecimento de metas de produção, uma vez que, à exceção de alguns casos, a maioria diz que não se exige o alcance de meta, por parte do trabalhador.

Nesse quesito, um sindicalista de Sonora/MS, consultado sobre esse assunto, nos disse: “Aqui eu não aceito esse negócio de meta, trabalhador tem que cortar cana no seu normal, aqui, por exemplo (usina Sonora), se moem 7 mil toneladas em 24 horas. Agora, veja, são 1.500 trabalhadores, é só fazer a conta [...] não dá 5 toneladas por cortador/ dia”.

Tendo em vista a produtividade exigida pelo capital, são fornecidos aos trabalhadores produtos (energéticos), como soros (Figura 21) e bananas. Os energéticos e as bananas são utilizadas para combater câimbras, nos cortadores de cana-de-açúcar, como pudemos constatar na usina Dourados, mas que se dissemina para as demais unidades produtivas do país.

¹⁶⁷ Trata-se do *JornalCana* nº 169, de janeiro de 2008, que traz editorial intitulado “Saúde, e não motocicleta, é o que interessa”, o qual alude à morte nos canaviais por esforço físico dos trabalhadores e ainda pelos prêmios de produtividade distribuídos pelas agroindústrias canavieiras. Aliás, o empresariado mata ou procura solucionar, num único golpe, dois problemas que o afligem e, ao agir dessa forma, evidencia a sua suposta preocupação com os trabalhadores, quando na realidade sabemos que o setor repudia quaisquer formas de agressão a sua imagem, que historicamente é negativa. Nesse sentido, devemos lembrar que não é difícil encontrar aversão ao título “usineiro” pelos mesmos, dada a natureza que lhes foi emprestada, durante centenas de anos, preferindo, pois, ser designados como empresários rurais, agroindustrial etc.



Figura 21: Soro Utilizado pelos Indígenas da Usina Dourados.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Sobre a utilização de energéticos pelos trabalhadores, é válido o comentário de Pauletti (2007, p.06):

Essa questão do energético é uma questão que me preocupa, porque isso está se espalhando no Estado de SP isso já está há bastante tempo no nordeste também já comparece, mas o que não se sabe é o efeito disso, não sei se existe algum estudo sobre os efeitos na área da saúde.

Momentaneamente, é bom, interessante para o trabalhador, então ele toma aquilo, fica alucinado, corta 18-20 toneladas, geralmente os trabalhadores são novos, recém-casados [...] mas, no decorrer dos anos, esse cara é um trapo humano, ele não presta para mais nada. Nós estamos voltando para uma situação do século XVIII [...] acaba, arrebenta, esgota. Agora, nós, nesse tsunami de empresas que estão chegando aqui, nós somos uma gota no oceano, nós não temos o Estado, está a favor, ele não chega e dá dez mil por mês para a gente fiscalizar.

Essa situação foi motivo de paralisações pelos trabalhadores migrantes da usina Eldorado, que estão sediados em áreas como no distrito Ipezal, de Angélica, os quais afirmam terem sido ludibriados pela empresa, que teria dito que receberiam no momento da contratação valores maiores dos que têm recebido atualmente. Aliás, esse assunto compareceu na mídia, em que foi salientado que teriam salários de aproximadamente R\$1.000,00, quando, na verdade, “a somatória das diárias não chega a R\$ 500,00 para alguns cortadores de cana”¹⁶⁸.

É necessário ressaltar, no entanto, que o Código Penal prevê que o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional pode

¹⁶⁸ Conforme destaque do Jornal *Campo Grande News*, em matéria publicada em 20 de agosto de 2007.

acarretar a pena de detenção, de um a três anos, além de multa¹⁶⁹, nos termos do Art. 207, onde se lê:

Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

-§§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

A mesma matéria aponta para a precariedade dos alojamentos¹⁷⁰, como mostramos, no caso encontrado em Deodápolis, que apresenta condições semelhantes e que possui diversos locais de alojamento para os trabalhadores da usina Eldorado.

Conforme entrevista junto a Alex Jango, trabalhador da usina Passatempo, de Rio Brilhante, em 9 de novembro de 2007, a usina possui cerca de três mil funcionários, dos quais 1.700 são trabalhadores rurais, que, por sua vez, são arregimentados na região onde se localiza a agroindústria, em especial nos municípios de Maracaju, Douradina, Itaporã e de Rio Brilhante, propriamente dito, além de angariar mão-de-obra em outras áreas do país, com destaque para Minas Gerais e Pernambuco. Para abrigar os referidos trabalhadores, existem dois alojamentos com capacidade para 500 trabalhadores cada. Vale ressaltar que tais trabalhadores são contratados através de agenciadores, localizados em sua cidade de origem.

Sobre formas de pagamento em outra unidade produtiva do Estado, pudemos apreender, por meio de entrevistas no município de Taquarussu, em novembro de 2007¹⁷¹, que os trabalhadores tendem a não aceitar a espécie conhecida pela expressão “por dia”, uma vez que preferem receber mediante a produção, alegando: “Imagina você um cara que corta mais de 18 toneladas diárias receber valores inferiores a R\$ 20,00” [...] se você quer saber, por aqui, na região, a gente não encontra este trabalhador nem a laço”.

¹⁶⁹ Pena com a redação dada pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

¹⁷⁰ A esse respeito, ver matéria publicada em 21 de agosto de 2007, no *Jornal Campo Grande News*, intitulada “MPT e DRT inspecionam alojamentos de usina em Ipezal”.

¹⁷¹ Trata-se do Diretor Agrícola da Usina Laguna Açúcar e Álcool Ltda., de Batayporã/MS, a qual pretende efetuar a primeira safra em 2008, a partir de 500 mil toneladas de cana-de-açúcar, com gradual expansão para 1 milhão de toneladas até o ano de 2012, produzindo 85 milhões de litros de álcool por safra.

Contudo, contraditoriamente, ao inquirirmos o mesmo sujeito a quem nos referimos sobre a existência de uma meta de produção estipulado pela agroindústria, este afirmou que

[...] aqui a gente contrata de tudo, homem, mulher, pinguço, drogado [...], se você puxar a ficha deste pessoal você se assusta e é um pessoal praticamente sem estudo, que não sabe nem sequer cortar cana, a maioria tira em média 4 toneladas/dia [...]; às vezes a gente acaba até perdendo, porque o piso salarial está R\$ 430,00 e eles não atingem nem o necessário.

Interessante notar que encontramos formas semelhantes de remuneração dos trabalhadores nas usinas dos grupos Aurora e Itamarati, sendo que, neste último, conforme destaque do sindicalista de Bataguassu, “isto não é comum, foi apenas para dar início à área de plantio de mudas, daí não se mobilizar, afinal sabia que os trabalhadores não estavam sendo maltratados”!

A seguir, veremos alguns aspectos da qualificação profissional no Mato Grosso do Sul, a qual tem sido utilizada como estratégia pelo capital para exercer o seu domínio, alegando serem os trabalhadores migrantes a solução temporária para o problema da mão-de-obra no Estado, isto é, até que se formem profissionais especializados para diferentes tarefas exigidas e/ou se obtenha a completa mecanização do corte da cana-de-açúcar.

3.4 A Qualificação Profissional como Estratégia do Capital

No Mato Grosso do Sul, o objetivo é implantar uma rede de formação técnica dos trabalhadores para garantir mão-de-obra necessária para implantação das novas agroindústrias, sendo que às empresas cabe prover a estrutura física, com a ajuda de recursos federais, enquanto o custo dos cursos de formação técnica de profissionais ficaria a cargo do governo do Estado¹⁷².

Outro aspecto diz respeito à qualificação profissional que, segundo

¹⁷² Conforme notícia veiculada pela instituição. Para mais detalhes, consultar: http://www.funtrab.ms.gov.br/templates/apresentacao/print/print.php?template=14&id_... Acesso em: 10 jun. 2007.

Mendes (2007, p. 38), concerne à “capacidade física e mental do homem de realizar atividades diversas na busca de satisfazer suas intenções e necessidades do uso em geral”, na medida em que, “no capitalismo, como as relações econômicas estão em primeiro plano, a qualificação do homem se envereda pelo espaço de produção de mercadoria [...] sendo potencializadas para um único movimento: a produção de valores de troca”.

Ou seja, trata-se, em nosso caso, da necessidade de trabalhadores com formação técnica e dispostos a desempenhar atividades nas agroindústrias, uma vez que há um grande déficit desse tipo de profissional no Estado, implicando, pois, sua procura em outras áreas do país, quando, na verdade, seria interessante utilizar mão-de-obra local. Segundo representante da FUNTRAB, serão implementados em breve seis centros de formação profissional no Estado, para atender, sobretudo, a demanda representada pela implantação das usinas e destilarias¹⁷³.

Nesse contexto, o trabalho é um elemento fundante¹⁷⁴ para se apreender a reprodução das relações de produção¹⁷⁵ mediante a ideologização do agronegócio e a exploração da classe trabalhadora, nessa atividade produtiva. Particularmente neste ano, já foi diagnosticado, como nos informou a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul, o descumprimento de obrigações trabalhistas, incluindo excesso de jornada do trabalho.

Sobre a questão da qualificação profissional, é notável o depoimento do representante da FUNTRAB, Ávilla (2007, p. 02), o qual assevera que

a qualificação profissional passa a ser um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, porque se não você não tem aqui os trabalhadores do Estado qualificados pra enfrentar esses desafios do mercado de trabalho, você acaba produzindo um fluxo migratório desregulado em que, na verdade, você só muda de lugar o problema social, então há um cuidado do governo com isso, a qualificação passa a ser uma questão estratégica e, portanto, a fundação tem uma grande responsabilidade nesse processo, evidentemente que ela não faz isso sozinha, tem um conjunto de atores da sociedade que também contribuem para isso, mas a fundação tem fundamentalmente, por parte do governo, essa grande responsabilidade.

¹⁷³ Para ver alguns exemplos da atuação da FUNTRAB nesse contexto, é interessante ver as seguintes matérias: “Cursos de qualificação profissional beneficiam Caarapó e Nova Andradina”, publicada pelo jornal *Agora MS*, de 18 de dezembro de 2007; “Funtrab qualificou 1.285 trabalhadores desempregados em 2007”, publicada no jornal *Notícias(MS)*, de 21 de dezembro de 2007; “Funtrab vai qualificar profissional para usinas”, publicado no jornal *Diário (MS)*, em 13 de março de 2007 etc.

¹⁷⁴ Cf. Thomaz Júnior, 2003.

¹⁷⁵ Cf. Lefebvre, 1973.

Observa-se assim que uma das preocupações da instituição é ter o controle dos trabalhadores, porque a questão central passa pela necessidade da qualificação profissional. Entretanto, é importante questionar os fins dessa estratégia, isto é, é preciso preparar mão-de-obra para quem e por que só neste momento? Semelhante aspecto pode ser visto com clareza no município de Três Lagoas, o qual está sendo nitidamente tomado pelas iniciativas de grandes grupos econômicos como, por exemplo, a Votorantim Papel e Celulose e a Internacional Paper, que têm despertado no poder público local, via incentivo estadual, uma intensa corrida pela qualificação, conforme pudemos verificar através de notícias veiculadas pela mídia impressa e eletrônica, em Mato Grosso do Sul.

A ação da mídia, por seu turno, constitui relevante formadora de opinião, em especial no que tange à expansão do agronegócio canavieiro. O posicionamento de tais meios de comunicação os transforma, a princípio, em interlocutores de interesses da classe dominante, não sendo, pois alvo de conflitos e discussões que mostrem a dimensão do agronegócio; logo, enquanto tal, sua influência se traduz numa lógica parcial, a qual privilegia as ações do grande capital.

A matriz ideológica dessas matérias é expressa em grande parte através dos editoriais, mas também de textos cotidianos de sujeitos que fazem uma leitura parcial dos acontecimentos, tomando partido das situações, sem maiores reflexões sobre a problemática.

Não queremos incluir nessa tendência todos os meios de comunicação, nem mesmo é esse o objetivo da pesquisa em curso, isto é, entender a matriz ideológico-discursiva, mas queremos apenas destacar alguns elementos que nos ajudem a fazer uma leitura do fenômeno que estamos abordando, priorizando sua dinâmica territorial, visto que “pensar na construção e constituição dos discursos significa desvendar os mecanismos sociais que constroem desigualdades e que são legitimadores dos processos sociais que definem os territórios, formas de uso e o desenho societal do espaço” (SOUZA, 2002, p.69).

São exemplos desses aspectos os constantes anúncios, no decorrer da programação diária da emissora de televisão – TV Morena –, relativos a cursos como a Educação de Jovens e Adultos, para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar ou que estão “atrasados”, em seu estudo, haja vista ser uma das exigências das empresas que estão se instalando no referido município.

Além desses projetos de grande vulto, está em curso a instalação de agroindústria canavieira no município de Três Lagoas, a qual receberá investimento na ordem de R\$ 53 milhões para a produção de açúcar e álcool, sendo que deve gerar

600 empregos diretos para a construção da planta fabril e 320 para execução da mesma, na fase inicial¹⁷⁶.

Devemos lembrar, nesse caso, por exemplo, que na região de Paranaíba estão sendo “treinados” cerca de dois mil trabalhadores, através de uma parceria que envolve o SENAI de Três Lagoas, Prefeitura e representantes das usinas instaladas na área, isto é, Alcoolvale, Paranaíba e Brenco.

Todavia, tais cursos não se propagam apenas nas novas unidades produtivas de açúcar e álcool, mas também em antigas unidades instaladas no Estado, como a Cia. Sonora Estância, a qual, em parceria com a Prefeitura de Sonora e o SENAI de Mato Grosso do Sul, inaugurou nesse município um centro de capacitação, que oferecerá curso técnico de mecânico e, posteriormente, de técnico de Açúcar e Álcool¹⁷⁷.

Thomaz Júnior (2007: p.03) é enfático, a esse respeito:

Não se trata apenas e tão somente, como nos querem fazer crer os órgãos da grande imprensa, associados aos setores empresariais diretamente envolvidos no assunto, de uma tomada de posição para se consolidar a matriz energética renovável, segura, limpa e estrategicamente distante dos problemas geopolíticos e diplomáticos que circundam os principais produtores de petróleo, como Irã, Iraque, Nigéria, Venezuela, Bolívia.

Em síntese, vejamos as declarações feitas em entrevista do Paulo Aurélio (Sindal) ao Jornal TV Morena, em 18/06/2007, obtida durante visita ao Sindal/MS e que se refere ao mercado de trabalho na atividade canavieira:

As unidades já instaladas e as novas empresas que estão se instalando no Estado do MS têm se preocupado essencialmente com investimentos na qualificação e a formação de mão-de-obra qualificada para o setor. Desde a qualificação do cortador de cana (técnicas de corte) até a formação de mão-de-obra para a indústria e administração, pois não há no mercado profissionais disponíveis para o preenchimento de todas as vagas existentes.

¹⁷⁶ Conforme notícia veiculada pelo jornal *Hojems*. Para mais detalhes, consultar o site <http://www.hojems.com.br/noticias/impresao/?id=7882>. Acesso em: 3 set. 2007.

¹⁷⁷ Sobre este assunto, ver matéria “Usina Sonora investe na capacitação de funcionários”, publicada em 29 de setembro de 2007. Cf.: http://www.engsugar.com.br/noticias/noticias_27_09_07.php. Acesso em: 11 jan. 2008.

Ainda nesse sentido, o entrevistado destaca:

O Sindal/MS, juntamente com as usinas já instaladas e as novas unidades, estão juntamente com o SENAI, SESI, SEST/SENAT, Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, além da Universidade Federal, UCDB e UNIDERP, fazendo gestão para o desenvolvimento de cursos para todos os setores das usinas, desde o plantio, corte, transporte e industrialização da cana, visto que no Estado não há, ainda, cursos que atendam às necessidades do setor sucroalcooleiro.

Nesse ínterim, percebemos também a importância que assume a mídia na divulgação – e exaltação – de tais iniciativas e inclusive na própria arregimentação de trabalhadores, por meio das chamadas agências públicas de emprego/balcão de empregos, as quais noticiam diariamente vagas no Estado para as áreas mais requisitadas pelo capital, com destaque para os municípios de Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã, Três Lagoas etc.

No que concerne à contratação de trabalhadores pelas agroindústrias canavieiras, observa-se que as mesmas solicitam principalmente aqueles aptos à fase de montagem da planta fabril, como montadores de estruturas, soldadores e, na parte agrícola, para as funções de técnico agrícola, técnico em açúcar e álcool e dos próprios trabalhadores rurais. Isto é, dos cortadores de cana via agência, a exemplo, dos anúncios feitos em 17 de setembro de 2007, para Naviraí, onde se abriam 80 vagas, ou mesmo outra que pudemos acompanhar, em 3 de maio do mesmo ano, que noticiava a contratação para a Iguatemi, na porção sul do Estado, de 600 trabalhadores rurais etc.

Estão sendo lançados, em Mato Grosso do Sul, inúmeros projetos de qualificação¹⁷⁸, tendo em vista a formação de trabalhadores para atuar, entre outras especialidades, como mecânico industrial, mecânico de motor diesel, segurança para operador de empilhadeira, segurança para operador de caldeira, segurança para operador de pontes rolantes, eletricitista de automóveis, eletroeletrônica etc. Entre os diversos projetos em andamento no Estado, podemos destacar:

¹⁷⁸ A esse respeito, ver Tese de Doutorado de Marcelo Dornelis Carvalho, intitulada *A Dimensão Territorializante da Qualificação Profissional em São Paulo: A Ação dos Sindicatos*. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/> no item dissertações e teses.

- Projeto Qualificar¹⁷⁹, uma parceria entre a usina Eldorado Ltda., Prefeitura Municipal de Itaporã e o SENAI/MS¹⁸⁰.

- Projeto da Prefeitura de Eldorado, através do MAPA¹⁸¹, em parceria com o SENAI¹⁸².

Conforme contato realizado em 23 de novembro de 2007, junto à gestora de Educação Profissional do SENAR/MS, Sra. Maria do Rosário Almeida, a instituição tem recebido pedido de cursos, principalmente quanto ao atendimento das normas de segurança do trabalho, em se tratando de agrotóxicos, ou seja, especificamente o curso “NR 31 para trabalho com agrotóxicos de 24 horas”, que é uma exigência do Ministério do Trabalho junto às usinas.

Segundo a entrevistada, “as demais programações, como cultivo de plantas industriais – plantio, apontamento, fertirrigação e queima, constam do planejamento para 2008 e serão disponibilizados para atendimento às usinas interessadas”. A gestora demonstrou-se interessada pela demanda das agroindústrias, tendo em vista o cumprimento da sua missão, que é de “desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o homem rural, contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania”.¹⁸³

Além destes, existem inúmeros projetos particulares instituídos por institutos e faculdades, com o intuito de formar para o trabalho mão-de-obra especializada, dentre os quais chamamos a atenção de cursos de Pós-Graduação em Nova Andradina e Anaurilândia, para formação em Gestão Agrícola, ofertados pela Instituto de Ensino Superior de Nova Andradina, que apresentam, como condição, uma taxa de R\$ 50,00 para inscrição e R\$ 200,00 de mensalidade, o que permite aos alunos, caso tenham curso superior, receberem o título de pós-graduação *lato sensu* e, caso contrário, de capacitação. Nesse sentido, conforme entrevista com a responsável pela divulgação do curso, em Anaurilândia, “é uma oportunidade de conseguir trabalho nas usinas, seja aqui ou em outros municípios que possuam usinas”¹⁸⁴.

¹⁷⁹ O projeto visa a angariar estagiários do ensino médio, com idade entre 18 e 24 anos, residentes preferencialmente em Itaporã, os quais desenvolverão sua formação profissional na usina, sendo matriculados em cursos técnicos contratados pela empresa junto ao SENAI/MS.

¹⁸⁰ Para mais informações, consultar: <http://www.msnoticias.com.br/?p=ler&id=243334>

¹⁸¹ Trata-se do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁸² Cf. *Diário MS*, de 22 de agosto de 2007, em matéria intitulada “Eldorado realiza Cursos”.

¹⁸³ Conforme o *site* <http://www.senar.org.br/senar/missao.asp?wi=1024&he=768>. Acesso em 24 nov. 2007.

¹⁸⁴ A responsável é Carla Muchon, aluna do curso de Matemática da UEMS em Nova Andradina. Entrevista realizada em 17 de outubro de 2007.

Outro exemplo se pode observar mediante o convênio da UNIGRAN¹⁸⁵ com a Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), Sindicato Rural de Dourados e empresas privadas, para a criação de um centro de desenvolvimento de tecnologias e de capacitação de trabalhadores envolvidos na atividade canvieira, bem como de outros biocombustíveis.

Concordamos com Mendes (2007, p. 42), quando escreve:

O que se percebe são estratégias do capital com a finalidade de melhor treinar a mão-de-obra, elevando a produtividade do trabalho e criando um número elevado de trabalhadores qualificados desempregados, formando um exército industrial de reserva qualificado, facilitando mais ainda para o empresariado a negociação de baixos salários.

Assim, temos que interpretar esse crescente número de cursos de qualificação profissional no Estado de Mato Grosso do Sul não apenas como uma maneira encontrada pelos empresários do setor canvieiro de obter mão-de-obra qualificada e hábil para o trabalho nas usinas e destilarias especializadas pelo território do capital, como também uma verdadeira manobra política do capital, para contornar os gargalos da industrialização forçada, num Estado sem tradição nesse setor.

Ou seja, temos, no dizer de Antunes (1999), “uma complexificação da atividade laborativa”, a qual demanda maior qualificação, ou melhor, “a força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto” (p.221).

Em Anaurilândia, o grupo Aurora fornece curso de tratoristas/operadores de máquinas agrícolas “inteiramente grátis”, para trabalhadores interessados em aprender o ofício¹⁸⁶.

Não concordamos que a solução para o trabalho deva se amparar exclusivamente na qualificação profissional e que os trabalhadores sejam meros instrumentos nas mãos do capital, força de trabalho preparada para executar as atividades produtivas que viabilizarão e permitirão sua acumulação. Para Singer (2006, p. 119), “é preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos

¹⁸⁵ Neste caso, o papel da UNIGRAN é justamente prestar apoio pedagógico para a realização de cursos de formação técnica, dos quais as unidades produtoras necessitam atualmente. Para mais informações, consultar matéria publicada no *site canaweb*, em 20 de dezembro de 2007, intitulada “UNIGRAN participa de consórcio que vai criar núcleo tecnológico voltado para os biocombustíveis”.

¹⁸⁶ Conforme entrevista junto a trabalhador rural, no município de Anaurilândia, realizada em 29 de setembro de 2007.

trabalhadores, insistentemente reclamada pelos empregadores, não é solução para o desemprego”, uma vez que, “se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários pagos” (ibidem).

Na verdade, entendemos que é preciso buscar alternativas à ordem metabólica do capital. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (2002, p.33-34):

Reduzir o trabalho à sua dimensão técnica, enquanto mero fator produtivo, significa perder as potencialidades de interpretar os fenômenos sociais que estão vinculados diretamente com a precarização do ser social no capitalismo, significa que não entender as formas que o trabalho assume no cumprimento das obrigações determinadas pelo capital, que sua exequibilidade localiza-se na luta de classes, que por fim o trabalho deve ser entendido como o momento da história contada não pela redução da vida ao trabalho, mas no trabalho como fundante do ser social e das esferas de socialização que lhe dão dimensões de totalidade não totalitária.

No que tange à atividade canavieira, é interessante considerar as várias possibilidades decorrentes da territorialização de capital e suas repercussões na sociedade, sem esquecer que os elementos que participam desse jogo possuem interesses múltiplos em expressar sua posição no contexto das determinações capitalistas de produção, a partir do qual se estabelecem os jogos de poder.

É nessa perspectiva que sinalizamos para freqüentes denúncias feitas pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e algumas poucas entidades públicas comprometidas com a própria defesa do meio ambiente, da saúde do trabalhador¹⁸⁷ etc., os quais prestam papéis importantes no desvendamento das “máscaras sociais¹⁸⁸” e, por que não dizer, político-econômicas, criadas para legitimar a ação do homem no meio em que se insere, com destaque para a exploração da natureza pelo homem, com base nas relações de poder empreendidas no território.

A seguir, veremos alguns aspectos da questão sindical, no contexto da agroindústria canavieira.

¹⁸⁷ Sobre esse assunto, podemos fazer entrevista com Glória Eunice Nunes Pereira, do Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador, em agosto de 2007, no município de Dourados.

¹⁸⁸ Cf. Moreira (1982), a função ideológica da Geografia no decorrer da história foi, sobretudo, mascarar a utilidade prática da análise do espaço.

3.5 A Ação Sindical no Mato Grosso do Sul

A questão sindical é central para se pensar as relações de trabalho, particularmente no campo, onde os direitos trabalhistas custaram a ser aceitos e as formas de exploração do trabalho configuram-se como um verdadeiro desafio, já que são camufladas pelo capital.

Conforme a CF, no seu Art. 8º, parágrafo III, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”, podendo ser, neste caso, uma forma de proteção do trabalhador da exploração do capital e, ao mesmo tempo, agente de esclarecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

Devemos lembrar que a organização dos trabalhadores envolvidos na atividade canavieira se faz a partir do enquadramento dos mesmos em relação à atividade principal desenvolvida pela agroindústria, que pode estar ligada tanto ao álcool quanto ao açúcar, sendo disciplinado pelo artigo 577 da CLT, bem como, segundo vimos no tocante aos trabalhadores rurais, a sua representação pode efetivar-se junto às entidades dos trabalhadores rurais (STR) e aos patronais (Sindicatos Rurais), quando se refere aos interesses do capital.

No Mato Grosso do Sul, buscamos contatar os diferentes agentes dessa trama, resultando em questões que comparecem em todo o conjunto da dissertação em questão, o que se deu através de entrevistas diretas (pessoalmente) junto aos STRs de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Taquarussu, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Deodápolis, Dourados, Glória de Dourados, e indiretas, por meio de telefone e e-mail, junto aos STRs de Amambaí, Costa Rica, Iguatemi, Naviraí, Sonora; alguns sindicatos rurais (Dourados, Bataguassu, Batayporã) e do setor do álcool, no âmbito municipal (Nova Alvorada do Sul) e de abrangência estadual (Sindal). Também do ponto de vista das federações que representam os sindicatos, em nível de Estado, fizemos contato com a entidade de representação dos trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), em Trabalho de Campo e através de e-mail, junto à entidade representante dos produtores rurais, ou seja, a FAMASUL.

Verificamos, no decorrer da pesquisa, o caráter assistencialista das entidades sindicais (STRs), no Estado de Mato Grosso do Sul, as quais possuem algumas características em comum que nos permitem distinguir suas ações, no cenário político desse Estado. Isto é, possibilitam avaliar como no jogo de poder entre

classe dominante e sujeitos dominados tem-se a perda de poder dos sindicatos frente à ofensiva neoliberal, a qual nesses órgãos repercute diretamente no “amornamento” das lutas sociais da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho para os seus associados.

De início, devemos lembrar, amparados em Ianni (2005, p. 142), que “o sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em uma etapa de rápido amadurecimento”, sendo, pois na verdade, “uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola”.

Assim, para Ianni (2005, p. 138), “a liga e o sindicato surgem quando são definidas as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário”.

Sobre o aspecto sindical, conforme observamos em entrevista junto a Emerson, “o sindicato esteve na roça e falou que a gente tinha que contribuir com 2% do nosso salário, mas o que ele pensa que é? Vai lá falar um monte de coisas para gente, sendo que está bom para todos e ainda quer cobrar!.. Ah! Eu queria saber como faz para tirar aquele Zé Carlos e o Nicos, aqueles caras, professor, não fazem nada e estão lá desde muito tempo”.

O trabalhador não percebe, nesse caso, que o sindicato é seu representante direto e que a contribuição aludida é prevista em Lei, mais precisamente, no Art. 8º, parágrafo IV da CF, tendo em vista o “custeio do sistema confederativo da representação sindical” e que ele (o trabalhador) não é obrigado a se filiar ou manter filiado ao sindicato, conforme prescreve o parágrafo V do mesmo artigo.

A Figura 22 demonstra um cartaz veiculado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Taquarussu, em que é possível identificar o valor da mensalidade a ser efetuada pelo sócio-trabalhador.

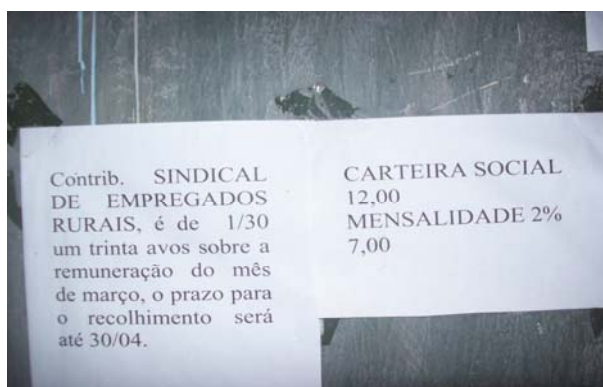


Figura 22 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquarussu.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Basta verificarmos que a ação de tais órgãos, em primeira instância, está no fornecimento de serviços, tais como cabeleireiro, assistência médica e dentária, pensão, aposentadoria, entre outros, sem contar que não poucas vezes colocam como pretexto para sua posição o aspecto financeiro. Na contramão desse cenário, temos sindicalistas despreparados para atuar com entidades de classes, cooptados pelos interesses de empresários e fazendeiros regionais, sem tomar atitude quanto a questões tais como campanha salarial, dissídio coletivo, contratos de trabalho, pendências jurídicas dos trabalhadores etc.

Para a representante da FETAGRI, Ana (2007, p.05), a situação pode ser dimensionada da seguinte forma:

Olha, assim como em toda a categoria têm aqueles que são mais e aqueles que são menos – e aí nós temos um percentual dos Sindicatos dos trabalhadores rurais que são bem atuantes, outros talvez um pouco por falta de experiência e alguns até por falta de condições financeiras mesmo, porque o que impede o sindicato dos trabalhadores é que, por exemplo, a mensalidade do sócio, o trabalhador vai lá e paga quando ele quer e precisa, né? geralmente porque em muitos sindicatos urbanos já é descontado direto de folha e aí tem a receita garantida e aí tem a contribuição sindical, que é aquela obrigatória por lei, mas tem uma grande inadimplência, muitos não recolhem, principalmente agricultor familiar [...] esses são os que menos contribuem, então assim a dificuldade financeira do movimento sindicatos trabalhadores rurais é complicada e é uma situação difícil, porque os trabalhadores estão distantes, estão lá na fazenda e o sindicato tem que disponibilizar de carro [...] então, tem uma grande resistência da questão financeira para proporcionar um maior trabalho voltado para essa categoria .

Thomaz Júnior (2002, p. 356) salienta:

Alcançar maior poder de mobilização e organização é condição básica para os trabalhadores conquistarem melhores condições para barganhar com o capital e, ainda, tentar trazer para seu lado e comando o controle e a hegemonia do processo de produção e de trabalho.

Algumas conseqüências dessa situação se fazem ver, quando notamos uma classe de dirigentes sindicais em Mato Grosso do Sul, há décadas no cargo, tal como pudemos constatar em inúmeros sindicatos entrevistados, nos quais temos eleições sem concorrentes como regra geral, desconhecimento de leis e regras jurídicas do interesse da classe trabalhadora, infra-estrutura ultrapassada e falta de interesse. Conseqüentemente, vêem-se STRs com número reduzido de sócios e/ou de sócios em dia com o sindicato, além de inexistência de paralisações e de greves relacionadas com sua condição de trabalho, melhores salários etc.

Portanto, visualizamos uma tendência, no Mato Grosso do Sul, já constatada, por exemplo, no Estado de São Paulo, por Thomaz Júnior (2002, p. 273), o qual identifica que “nos STRs predominam também o encastelamento, o imobilismo, o burocratismo e o distanciamento das bases e dos locais de trabalho”.

Sob a ótica de Alves (2006), existe uma relação entre as greves e a crise do sistema metabólico do capital, ou seja, o cenário atual, caracterizado pela “escassez das greves gerais”, nos últimos anos, repercutiu em “um sintoma de dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas de um precário mundo do trabalho”, quer dizer, “significou o esgotamento relativo do instrumento político de generalização das lutas de classe num contexto de política neoliberal, ofensiva do capital na produção e da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho” (p.466).

Portanto, vê-se que esse movimento é global e típico do atual momento histórico, sendo que, “como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também para a restrição à organização e a luta sindical” (BOITO JÚNIOR, 1999, p.157).

Sob a perspectiva do trabalho na agroindústria canavieira, Thomaz Júnior (2002, p. 357) ressalta:

Diante do capital que se territorializa hegemônizando o controle integral da produção agroindustrial sucro-alcooleira, o movimento sindical e os trabalhadores não acompanham esse processo na mesma amplitude, ou seja, não conseguem formular resposta à altura, tendo em vista que permanecem presos ao corporativismo e à fragmentação da estrutura sindical reinante.

Na verdade, presenciamos um sindicato que, na ausência de um punho forte na luta contra a exploração dos trabalhadores, nas diferentes frentes de ação existentes no campo, preferem concordar e fazer o jogo da política da classe dominante.

Apropriando-se ainda da reflexão de Thomaz Júnior (2002, p. 278), podemos asseverar que, assim como na esfera sindical paulista, alguns vícios culturais se reproduzem em Mato Grosso do Sul, sendo que são comuns

a dependência das instâncias de nível superior e da própria central, o assistencialismo, o presidencialismo, o distanciamento das bases, o apego à base territorial como referência primordial do território da ação política e a necessidade de gerenciar internamente interesses antagônicos de trabalhadores (assalariados e pequenos produtores).

Temos, nesse caso, representando o perfil dos STRs no Estado de Mato Grosso do Sul, uma política assistencialista a que estão ligadas as referidas entidades de classe (Figura 23). Inclusive, devemos dizer que, para inúmeros trabalhadores com os quais mantivemos contato, durante a pesquisa, a única dimensão importante e que os faz continuar sócios dos sindicatos é a assistência promovida pela entidade, uma vez que parece ser indiferente a questão do trabalho propriamente dita, pois não acreditam no poder de negociação e resolução de conflitos, por meio dessa representação.

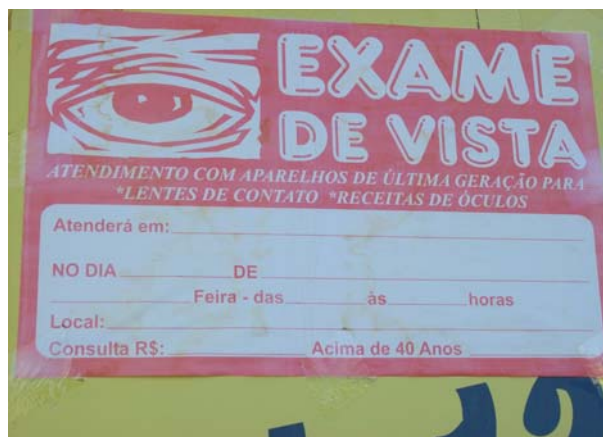


Figura 23 - Cartaz de Convocação de Associados para Exame de Vista em STRs de MS.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Para Alves (2006), a trajetória do sindicalismo, nos últimos anos, é caracterizada pelo “pragmatismo sindical de cariz neocorporativo”, o qual é marcado pela perspectiva da empresa, sob a ótica mercadológica, o que difere de fato do seu antigo papel enquanto sujeito sócio-histórico de valorização do trabalho e dos trabalhadores. Trata-se então não apenas “de uma crise do sindicalismo, mas explicita o surgimento de um sindicalismo da crise, uma forma de prática política e cultura sindical incapaz de ir além da lógica do capital” (p.465).

Cabe destacar, nessa perspectiva, as proposições de Thomaz Júnior (2002, p. 241), o qual diz:

Não obstante, os sindicatos não vão além das questões diretamente ligadas ao momento da produção (o espaço da realização econômica do trabalho alienado) negligenciando os componentes básicos da reprodução do trabalhador, como: habitação, educação, saúde, saneamento básico etc.

De maneira geral, em se tratando da participação das entidades sindicais em Mato Grosso do Sul, as quais possuem o desafio de organizar a luta dos trabalhadores e da sua atuação política, no âmbito da atividade canvieira, percebemos, conforme contatos com STRs e com a própria Federação dos

Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)¹⁸⁹, um certo descompasso na medida em que consideramos as mesmas como agentes importantes do processo de mediação (resolução) dos conflitos entre a classe trabalhadora e o empresariado, devendo lutar por formas de trabalho menos degradantes.

Sobre tais aspectos, Alves (2006, p.464) chama a atenção para a “necessidade de uma intervenção global” frente à crise do mundo do trabalho, na medida em que a “instituição – sindicato tornou-se incapaz de servir como centro de organização de classe”.

Logo, parece-nos que as entidades sindicais ainda estão procurando um rumo para radicar sua atuação, sendo que, de acordo com entrevista realizada em março de 2007, no STR de Anaurilândia, eles estão “se acostumando com as demandas impostas pela chegada das usinas na região já que anteriormente era comandada pela pecuária de corte¹⁹⁰”.

O presidente do STR de Dourados, Melquíades Antônio de Oliveira (2007, p.01), em relação à expansão da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul, declarou:

Eu acho muito importante, primeira coisa, a vinda da cana aqui em Dourados, foi onde colocou milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque vamos supor assim são analfabetos, eles não têm qualidade no mercado de trabalho. O mercado de trabalho para um monte de analfabetos. Nós estamos com seis mil e poucos funcionários só na região de Dourados, cortando cana, plantando cana, tendo sua carteira registrada, entendeu? Recebeu seu salário, entendeu? Deu emprego para as mulheres, deu emprego para todo mundo. Aí na câmara dos vereadores eles sempre falam, mas eles não estão sabendo o fundo lá como está a situação, agora nos vê seis mil e pouco trabalhadores e se estivessem aqui iam roubar? Porque não tem outro meio.

Temos, por conseguinte, nesse contexto, representando o elo mais frágil dessa cadeia, os trabalhadores, os quais são os elementos centrais que compõem a trama social vista a partir de um movimento complexo de precarização das relações de trabalho. Nesse cenário, percebemos que os sindicatos muitas vezes preferem olhar pelo viés da empregabilidade e das condições a que estão expostos os mesmos trabalhadores, configurando-se numa forma de não entrar em conflito com o capital, ao mesmo tempo em que este se apropria do trabalho e da facilidade em conseguir

¹⁸⁹ Realizamos entrevista na referida entidade, em junho de 2007, para apreender a sua posição no que tange ao processo de expansão da cana-de-açúcar e seus rebatimentos para os trabalhadores em Mato Grosso do Sul.

¹⁹⁰ Conforme Depoimento de dirigente sindical em Anaurilândia.

trabalhadores para sua empreitada.

Contudo, esse não é o posicionamento de inúmeros sindicatos da categoria, uma vez que muitos estão contaminados com a febre expansionista do capital canavieiro e não vêem as mazelas impostas pela mesma atividade tão exaltada pelos setores ligados ao agronegócio. Isso se torna muito importante, em especial num momento em que, segundo estimativas apresentadas pela UNICA, o setor canavieiro vive um momento decisivo, em que precisa investir para atender à demanda futura, principalmente de álcool combustível, que tem atraído a atenção de diferentes agentes, em função da alta do petróleo e da necessidade de reduzir as emissões de gases poluentes.

Assim, “o capital, ao fortalecer-se técnica, econômica e politicamente, objetiva garantir-se como elemento hegemônico da contradição estrutural (capital x trabalho), mais especificamente, na determinação do processo de produção e de trabalho” (THOMAZ JÚNIOR: 2002, p.356).

Nesse sentido, o Estado de Mato Grosso do Sul se projeta para alguns anos se tornar um dos maiores produtores de álcool do país. Estima-se uma produção de álcool de 9,2 bilhões de litros, numa área de mais de um milhão de hectares de cana-de-açúcar. Ou seja, 1.877.310 hectares com a gramínea, somando as áreas das unidades em funcionamento, em instalação e as previstas, sendo que destas, para Kudlavicz (2007), somente quatro grupos com investimentos no Estado – Louis Dreyfus, Tavares de Melo, Benedito Coutinho, Talent Safe – deterão cerca de 600 mil hectares de terra, o que demonstra o grau de concentração alcançado pelas mesmas¹⁹¹.

Não podemos nos esquecer, todavia, de que tradicionalmente a territorialização da atividade canavieira traz impactos de elevada dimensão para o meio ambiente, sobretudo em relação à queima da cana-de-açúcar, a qual emite gases poluentes, degrada os solos, mata pequenos animais e agrava problemas de saúde pública, como os respiratórios. Por outro lado, no que diz respeito ao corte da cana-de-açúcar, assiste-se a um trabalho extremamente penoso, o qual, segundo diversos relatos colhidos junto a ex-trabalhadores rurais¹⁹², maltrata a saúde e inviabiliza, num curto período temporal, a continuidade de semelhante tarefa, especialmente devido à cobrança constante por maior produtividade no trabalho pelas

¹⁹¹ Devemos esclarecer a natureza mutável da territorialização de grupos empresariais no Mato Grosso do Sul, pois, como temos buscado deixar claro, no texto, as aquisições e participações estão sendo realizadas, mas em sua maioria não são divulgadas e são de difícil acesso, o que impossibilita maiores reflexões.

¹⁹² Informações obtidas por meio de Trabalhos de Campo realizados no Oeste Paulista, no período 2001-2005.

empresas¹⁹³. Como se não bastasse, temos a contaminação de mananciais, rios etc., pela ação predatória e inescrupulosa de inúmeras agroindústrias, em todo o país¹⁹⁴.

Vejamus um exemplo desse drama, no depoimento de Carlos¹⁹⁵, representante dos quilombolas de Dourados:

A visão da comunidade indígena e da comunidade quilombola ela é quase igual, porque a gente quer preservar a natureza às beiras dos rios, às beiradas dos rios que nem lá na área onde eu moro, lá na Picadinha, numa área de 3.748 hectares, certo, hoje se você ver as beiras dos corgos que tem lá [...] acabaram com a ganância do soja, a turma acabou, então o que acontece com os corgos, onde dava o piau, tubarana, a douradina, então o corgo tinha uma largura boa, o que aconteceu? Com o plantio da soja, hoje em dia a enxurrada, porque na época ela era feito convencional, as enxurradas desciam, a erosão carregava toda aquela terra para dentro dos córregos e hoje se você for lá ver acabou com os corgos, né?, com os peixes acabou com tudo, com piau, tubarana, douradina, hoje só tem lambari e bagre, então eu vejo que a cana é bom para um grupo, o que coloca a usina.

Diante desse cenário, é imprescindível pensar em alternativas viáveis de desenvolvimento que não privilegiem simplesmente o crescimento econômico via monocultura, mas, em especial, formas menos agressoras à sociedade em geral, aos trabalhadores e ao meio ambiente¹⁹⁶.

Assim, uma (re)organização contra-hegemônica da classe operária, por meio dos sindicatos e de uma atuação mais incisiva de suas lideranças oposicionistas, põe-se como uma condição *sine qua non* a ser perseguida pela vertente sindical, visto que, se bem utilizadas, essas medidas (a favor dos trabalhadores), podem, como bem demonstra a história, se consubstanciar em um importante instrumento na construção de novos alicerces estruturais, de uma plena democratização da sociedade. (THOMAZ JÚNIOR; RIBEIRO, 2001, p. 06)

¹⁹³ No Mato Grosso do Sul, em média, as agroindústrias sucroalcooleiras estão exigindo o corte de 10 toneladas diárias por trabalhador.

¹⁹⁴ A título de exemplo, destacamos, no Mato Grosso do Sul, o caso envolvendo a Usinavi, a qual foi denunciada em 2008, por ambientalistas, de contaminar o rio Amambaí com vinhoto. Para maiores informações, ver matéria publicada no Jornal *Capital do Pantanal*, em 17 de janeiro de 2008, intitulada "Usina está jogando vinhoto em rio, dizem ambientalistas".

¹⁹⁵ Neste caso o nome utilizado é fictício.

¹⁹⁶ Sobre a questão da saúde, em particular, é interessante consultar o artigo de Helena Ribeiro, intitulado: "Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória", publicado na *Revista de Saúde Pública*. V. 42, n.2. São Paulo, abril de 2008.

Não devemos perder de vista que o alcance de tal êxito perpassa pela “imprescindível eliminação do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado e estranhado (alienado) e a criação dos indivíduos livremente associados” (ANTUNES, 1999, p. 235), o que implica, para o autor, “eliminar integralmente o capital e o seu sistema de metabolismo social em todas as suas formas”.

4. Tecendo Algumas Considerações ...

É interessante apontar que, em se tratando da expansão do capital canavieiro, que a atividade canavieira, conforme Andrade (1994, p.17), "marca o processo de formação e consolidação do país desde o período colonial", sendo de fundamental importância para a compreensão da gestão empreendida no território, no decorrer do tempo. Contudo, não foi destaque no Mato Grosso do Sul, durante muitos anos. Percebemos que a sua territorialização esteve associada, na década de 1970 e 1980, ao Proálcool, quando inúmeras agroindústrias foram patrocinadas em todo o território nacional.

Mato Grosso do Sul se apresenta inserido na divisão territorial do trabalho na condição de importante produtor de gado, sobretudo de corte, de sorte que é nos últimos anos que se verifica a diversificação da sua balança comercial e o estímulo, em larga escala, à produção canavieira, o que impacta diretamente nas relações de produção.

Observamos, nesse Estado, a crescente manifestação de interesse por parte de grupos econômicos, produtores tradicionais do setor canavieiro e investidores de outros ramos produtivos, em territorializar seus projetos agroindustriais, o que acarreta a *conquista de novas terras* e, desse modo, habilita-os a promover seus ideais expansionistas, os quais visam a assegurar, a princípio, a continuidade de um projeto de domínio territorial já expresso em outras áreas¹⁹⁷.

Aliás, tal fato se evidencia nos diversos empreendimentos, dos quais queremos salientar a incorporação do capital canavieiro sobre novas áreas do centro-oeste, particularmente de Mato Grosso do Sul, na medida em que temos o avanço de uma outra e não nova monocultura e de suas práticas pelo espaço nacional, isto é, a partir da necessidade de se integrar o território em redes de produção destinadas a atender fundamentalmente o mercado internacional, o que, via de regra, acontece à mercê dos pequenos e médios proprietários rurais e das suas necessidades sociais,

¹⁹⁷ É importante chamar a atenção para o fato de a atividade canavieira ter-se desenvolvido preponderantemente, até a primeira metade do século XX, na região nordeste do Brasil, sendo que é a partir de então que assistimos à expansão da cana-de-açúcar para o centro-sul do país, com destaque para São Paulo.

econômicas e culturais, mesmo num território no qual a geração de alimentos é feita preponderantemente através das pequenas unidades de produção camponesa, que são, contraditoriamente, as mesmas que sofrem com a falta de financiamento agrícola, subsídio à sua produção, preferindo o governo, na maioria das vezes, importar gêneros alimentícios a produzir no próprio país, como bem nos lembra Oliveira (2003), quando aponta que exportamos para poder importar!

Assim, entre os anos 1970 e 1990, tivemos a implantação e funcionamento de nove unidades produtivas no Estado, as quais, durante esse período, não passaram por mudanças significativas que não estivessem ligadas ao *mix* de produção voltado exclusivamente para o álcool. Todavia, devemos ressaltar que, a partir de 1990, principalmente as agroindústrias canavieiras do Mato Grosso do Sul se dedicaram ainda à produção açucareira. Aliás, é nesse cenário que vimos, na safra 2007/08, que, das 11 unidades instaladas no Estado, ocorreu a produção de álcool hidratado em todas agroindústrias, enquanto a produção de álcool anidro e do próprio açúcar se efetivou em apenas 7 agroindústrias canavieiras.

Nesse contexto, devemos assinalar, enquanto transformação significativa no âmbito da agroindústria canvieira sul-mato-grossense, entre a década de 1970 e o momento atual, a participação de 'novos' grupos econômicos, os quais eram formados por capitais nacionais e particularmente regionais até então e que, no período atual, representam os interesses da mundialização do capital. Conseqüentemente, devemos chamar atenção para o fato de constantes mudanças de razões sociais pelas agroindústrias, o que sinaliza de antemão alterações em seu ambiente institucional.

Já do ponto de vista da área de abrangência com a cultura, vimos que a mesma manteve uma performance que correspondia à capacidade instalada de produção, baseada em terras próprias, arrendadas e de fornecedores, todavia com participação maior dos fornecedores de cana-de-açúcar.

Por outro lado, a partir das políticas de incentivos ao capital, notamos que a área com a cana-de-açúcar tem crescido num ritmo acelerado, nos últimos três anos, sendo que seu ponto culminante pode ser constatado nos dados de 2007, quando o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior expansão proporcional em sua área de plantio com a gramínea, figurando-se em sexto lugar entre os maiores produtores em nível nacional, a partir de um incremento em relação ao ano de 2006 de 27 % na produção canvieira, o que representa territorialmente 43 mil hectares a mais.

Portanto, a expansão da atividade canvieira é uma realidade no Estado do Mato Grosso do Sul. Percebemos a ampliação das unidades processadoras antigas, principalmente no tocante às agroindústrias produtoras de álcool, que passam a produzir também o açúcar e, concomitantemente, a implantação de inúmeras usinas

na maior parte da sua área, sobretudo nas porções de terras férteis, localizadas no sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a referida expansão também se amplia nas áreas de pastagens que, por sua natureza degradada e pouco lucrativa, passa a ser presa fácil para os empresários canavieiros interessados em ampliar a sua participação no cenário produtivo.

Conseqüentemente à expansão canvieira em Mato Grosso do Sul e da instalação de novas agroindústrias canvieiras, vimos o significativo aumento dos postos de trabalho, nos últimos anos, embora a maioria dos mesmos sejam ocupados por mão-de-obra de outros Estados, a exemplo dos migrantes. Lembramos que tal cenário deverá atingir, segundo o governo estadual, a cifra de 70 mil empregos diretos e 230 mil indiretos, o que, de fato, tende a alterar a divisão técnica do trabalho.

Característica marcante da agroindústria canvieira sul-mato-grossense foi e continua sendo a exploração do trabalho pelo capital, a qual se sustenta em condições precárias de trabalho, tendo se agudizado o conflito capital x trabalho, com destaque para o aperfeiçoamento das formas de controle social dos trabalhadores, o que se configura de longe como uma importante “arma” do capital.

A expansão da atividade canvieira impacta diretamente nas relações de trabalho no Mato Grosso do Sul, de maneira que é crescente o assalariamento dos camponeses, inclusive daqueles que estão no campo e que vêem na agroindústria uma possibilidade de melhora sócio-econômica, única alternativa, na ausência de políticas públicas para plantarem, ou outras inserções laborais no caso dos assalariados.

Assim, como diria Antonil¹⁹⁸ (1711), se no período colonial os escravos se configuravam como mãos e pés do senhor de engenho, na atualidade, apesar da crescente reestruturação produtiva do capital, o trabalhador do campo e da planta fabril se figura como peça fundante na produção do valor.

Paralelamente, temos que sinalizar que está em questão a própria pilhagem do meio ambiente, acometida pela destruição dos ecossistemas naturais, legitimada pela leitura fragmentada da natureza e pela ausência, por parte da “consciência proletária”, de uma organicidade em torno da defesa desse espaço, o que está relacionado, segundo Bihl (1999, p. 136), ao fato da natureza ocupar “apenas um lugar secundário, relegado à condição de acessório e de derivativo no universo do lazer”.

Notamos a presença de inúmeros grupos investidores nacionais e internacionais, com vistas à participação no agronegócio canvieiro, o qual investe

¹⁹⁸ Fazemos referência ao livro *Cultura e opulência do Brasil*, de autoria de João Antônio Andreoni (André João Antonil), publicado em 1711.

sozinho ou através da associação de capitais com grupos nacionais regionais, estando diretamente associado com as possibilidades de lucro, uma vez que Mato Grosso do Sul possui o receituário ideal para tal êxito, isto é: a) estoque de terras para sustentar a expansão da atividade canavieira; b) preço da terra mais atrativo do que em Estados tradicionalmente produtores de cana-de-açúcar; c) organização sindical frágil e ainda em consolidação, no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial no caso da cana-de-açúcar; d) interesse expresso pelas entidades públicas e privadas em sediar empreendimentos de natureza agroindustrial, tendo em vista a tão almejada industrialização do Estado etc.

Destarte, é possível observar a participação do Brasil do ponto de vista internacional, a partir de um novo significado no que concerne à divisão internacional do trabalho, quer dizer, figuram-se a partir da febre do etanol novos mercados em disputa e, fundamentalmente, se averiguam novos e velhos atores em cena, os quais, após destruir/consumir parte considerável de suas reservas naturais – a exemplo, das fontes de energia, como carvão e petróleo, bem como, das riquezas naturais dos países que estavam na sua esfera de controle via política imperialista – vêm nas potencialidades econômicas da cana-de-açúcar um novo modo de garantir o desenvolvimento econômico, com base em uma velha forma de acumular capitais.

Tal situação está vinculada à mundialização do capital, que, segundo Antunes e Alves (2004, p. 341), não se restringe ao capital e a seu sistema produtivo, mas atinge também a configuração do mundo do trabalho, ou seja, “há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho”.

Concordamos, nesse aspecto, com Ribeiro (2004, p.35), para quem “o capital está mais poderoso por tornar estruturalmente mais mutável e maleável o seu processo de reprodução ampliada, qual camaleão a assumir a forma necessária para perseguir o seu fim [...]”

Nesse sentido, inclusive, ressaltamos o nível [repentino e tendencial] de concentração industrial no Estado, bem como a ampliação do processo de desnacionalização das agroindústrias instaladas e em fase de instalação, como fatores ímpares no contexto da expansão canavieira no Mato Grosso do Sul, reflexo da era de mundialização do capital.

Nesse contexto, proclamam-se novos (re)arranjos na conjuntura setorial da atividade canavieira, que sinalizam para o reordenamento territorial da cultura de cana-de-açúcar diante do desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas para a condução da sua máquina organizacional.

Desse modo, o desafio, certamente, será compreender a tomada de posição do Governo Federal quanto ao futuro da atividade canavieira e seus

rebatimentos para as relações de produção e de trabalho, no conjunto do país, ante a degradação do trabalho e das formas assemelhadas.

Temos em questão uma situação que traz à cena a soberania alimentar, na medida em que esta passa a ser importante no cenário mundial, com a crescente dificuldade dos Estados-nações em sanar os déficits alimentares, fato este que está atrelado à política de produção voltada historicamente ao mercado externo. Assim, devemos salientarmos que a expansão da cana-de-açúcar sobre extensas áreas do país contribuiu ainda mais para solidificar a política de importação dos produtos de primeira necessidade, bem como reforçar a elevação dos preços de tais produtos.

Faz-se necessário buscar novas formas de sociabilidade e que o trabalho seja premente, como diria Antunes (2005), de sentido, que o trabalho concreto suplante o trabalho abstrato, calcado nos interesses mercantis, e que a sociedade encampe a luta anti-capitalista que dê um basta à exploração do homem pelo homem, e que o movimento operário em geral busque novas alternativas para a classe trabalhadora, para que não se fique refém do metabolismo do capital.

É importante, nesse caso, que a lógica de produção de mercadorias seja desbancada, o que pode ser alcançado pela união dos movimentos sociais e operários, em prol de novas formas de sociabilidade e de um novo vínculo com a natureza, calcado no respeito ao seu ritmo. Logo, conforme destaca Antunes (2005), é condição *sine qua non* para superarmos o capital e seu metabolismo reprodutivo a ruptura à divisão estrutural e hierárquica do trabalho.

Assim, devemos destacar que a classe trabalhadora não pode ficar à mercê do capital, seja o canavieiro ou outras manifestações capitalistas de produção, sendo que as instituições, a exemplo das entidades sindicais, devem promover o enfrentamento capital x trabalho, mesmo que exista a perspectiva de mecanização; afinal, é impossível ao capital se desfazer totalmente dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, é importante que a classe trabalhadora busque formas autônomas de trabalho, a exemplo de associações e cooperativas de produção, ou mesmo que se unam, para somar forças e garantir dessa maneira os seus interesses, tanto na esfera da fábrica como na do campo, a partir das suas diferentes manifestações.

Salientamos desde já nossa intenção em prosseguir nos estudos e de buscar ampliar o entendimento das relações sociais de trabalho e de produção, tendo em vista captar as contradições imanentes ao sistema metabólico do capital, em suas múltiplas dimensões, sem nunca olvidarmos a constituição de uma “Geografia Livre”, engajada e comprometida com as questões sociais.

5. Referências Bibliográficas

- ABREU, S. de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**, São Paulo, n. 21, p.169-181, 2003.
- ALENTEJANO, P. R. R. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004.
- ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): p. 111-121, 1997.
- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. A. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. Londrina, n. 2, p. 113-127, 2000.
- ALVES, F. J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**. Unicamp: Campinas, 1991. (Tese).
- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANDRADE, M. C. América Latina: Presente, passado e futuro. **Terra Livre**. São Paulo, n. 10, p. 140-148, 1992.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social**. São Paulo: USP/FFLCH - GEO, 1994.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 14, p. 70-76, 1992.
- ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, n.87, p. 335-351, 2004.

- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 29 set. 2007.
- AQUINO, L. Comunidade Indígena – I Seminário de Estudos das Transformações Rurais em Mato Grosso do Sul. (Transcrição mimeografada). Dourados, agosto de 2007, 04 p.
- ARAUJO, I. M. **São Gabriel do Oeste (MS):** Colonização e diversificação das atividades agropecuárias. Presidente Prudente: FCT/UNESP. 1998. (Monografia de Bacharelado).
- ARROYO, M. A regulação do território no contexto da globalização. In: SOUZA, A. et al. (Org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000.
- ASEVEDO, T. R. A.; AVELINO JÚNIOR, F. J. Mato Grosso do Sul: espacialização e territorialização da luta pela terra no período de 1986 a 2005. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2007, Londrina. **Anais...**, 2007.
- AVELINO JÚNIOR, F. J. A luta pela terra no Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2003, Presidente Prudente. **Anais...**, 2003.
- AVILLA, C. **Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul** (Transcrição mimeografada). Campo Grande, 27 p., julho de 2007.
- AZEVEDO, J. R. N. de. **Configuração metabólica do capital canavieiro no oeste paulista**. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2005. (Monografia de Bacharelado).
- AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. A Geografia do vir-a-ser e o método para uma Geografia livre: propostas educacionais. **Cosmos**. Presidente Prudente, v.2, n.1, p.05-07, 2004.
- AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. A agroindústria canvieira na região de Presidente Prudente na viragem do século XXI. IV FORUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 2003. In: **Anais...** Presidente Prudente, 2003.
- AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. Elementos para discussão da configuração da agroindústria canvieira no Oeste Paulista e da relação capital x trabalho. **Pegada**. Presidente Prudente, v.6, n.1, p. 59-65, 2005.
- BACCARIN, J. G. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1985.
- BARBOSA, T. Técnica e território em Milton Santos. V JORNADA SOBRE O TRABALHO: Sociedade e trabalho no Brasil, concertação e emancipação social no

século XXI. 2004. In: **Anais...** Presidente Prudente: CEGeT/FCT-UNESP, p. 01-05, 2004.

BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.). **Desafios do trabalho: Capital e luta de classes no século XXI.** Londrina: Práxis, 2003.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: **Brasil: Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BEZZI, M. L. **REGIÃO: Uma (re)visão historiográfica.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P. **Lições da aula.** Trad. Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Trad. Fernando de Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURLEGAT, C. A. L. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações espaço-temporais.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000. (TESE).

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil.** Marília: UNESP, 2000.

CARVALHAL, M. D. Os fundamentos do debate sobre a formação profissional. **Pegada.** Presidente Prudente, n.1, v. 3, p.33-42, 2002.

CASSETI, V. Ciência e ambiente. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, n. 1, p.1-10, 1993.

CHAUÍ, M de S. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHESNAIS, F. [et al.]. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F. Mundialização: O capital financeiro no comando. **Outubro.** São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: Alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista.** São Paulo, n. 16, p. 39-75, 2003.

COELHO, E. A. Secretaria Municipal de Infra-estrutura e desenvolvimento econômico sustentável. Batayporã, 03 p., novembro de 2007 (Transcrição mimeografada).

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889 – 1943).** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

D'INCAO, M. C. **Qual é a questão do bóia-fria.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo, n.1, p. 45-52, 2003.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

DREIFUSS, R. A. As transnacionalizações. In: DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENGELS, F. A situação da classe operária na Inglaterra. In: **Karl Marx e Friedrich Engels (Textos I)**. Edições Sociais, [19] .

FABRINI, J. E. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente. 1996.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FARIAS, M. F. L. de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FARIAS, M. F. L. de. Lavouras e sonhos: As representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n.11, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 14., 1992.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n.11, p. 49-61, 2007.

FERREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: Conceituação e periodização. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 39-70, 2001.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GOMES, H. Capitalismo X proteção ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, p.127-144, 1989.

GÓMES, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada**. Presidente Prudente, n.1, v. 3, p. 20-32, 2002.

GÓMES, J. R. M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: Desdobramentos escalares. **Pegada**. Presidente Prudente, n. 1, v.6, p.53-57, 2005.

GONÇALVES, W. R. Secretaria do Estado de desenvolvimento agrário, de produção, da indústria, do comércio e do turismo – Seprotur. Campo Grande, 23 p., julho de 2007 (Transcrição mimeografada).

- GONZÁLES, H. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOULART, M. P. Ministério público, meio ambiente e questão agrária. **Reforma Agrária**. São Paulo, n. 2, p. 143 – 163, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. La producción de configuraciones espaciales: las moviidades geográficas del capital y el trabajo. In: **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura, 1990.
- HARVEY, D. Transformação político-econômica do capitalismo. In: **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 1992.
- HECK, E. Soberania alimentar e o flagelo da fome. **Correio da Cidadania**. 24 de abril de 2008. (Entrevista concedida).
- HERZOG, A. L. Na era do dinheiro sustentável. **Exame**. 11 de abril de 2007.
- HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 22, p. 7-26, 2000.
- HOBBSBAWM, E. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, P. et al. Trad. Isabel Didonet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006** (resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KUDLAVICZ, M. **A expansão canavieira em Mato Grosso do Sul**. Disponível em: [www. Cptpe.org.br](http://www.Cptpe.org.br). Acesso em janeiro de 2008.

KUDLAVICZ, M.; MOTA, J.G.B.; CAMACHO, R. S. O agronegócio latifundiário exportador e os seus impactos na sociobiodiversidade: Os bio (agro) combustíveis e a expansão canavieira em MS. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. (SINGA): Londrina, 2007.

LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**. Campo Grande, n. 10, p. 31-43, 1999.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, L. U. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, n. 4-5, p. 27-42, 2002.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, p. 95-112, 2002.

MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. Queda da taxa de lucro. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELLO, M. H.; SANTOS, C. A expansão canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômico-ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, p. 63-75, 1984.

MENDES, L. O. **Territorialidade do Trabalho, expansão do capital e as respostas do Senai em Catalão (GO) no século XXI**: Uma contribuição à Geografia do trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2007.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Outubro**, São Paulo, n. 4, p. 7-16, 2000.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução**: ensaios Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.

MORAES, M. A. F. D. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil no período de 1992-2005. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.37, n.4, p. 1-29, 2007.

MORAES, S. M. A. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R., MORAES, S. M. A. (Org.) **O avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOREIRA, F. P. E. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 1987.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia, teoria e crítica**: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, R. Modelo Industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **Geographia**. Rio de Janeiro, n.9, p. 7-28, 2003.

MOREIRA, R. Os Períodos Técnicos e os Paradigmas do Espaço do Trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, n.16, p.04-08, 2000.

MORETTI, E. C., CALIXTO, M. J. M. S. (Orgs.) **Geografia e produção do espaço regional**: Sociedade e ambiente. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil**: A penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990**: O caso do setor sucroalcooleiro. Dissertação (Mestrado). UFSCAR, São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n.57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, AGB, 1981.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. n.21. São Paulo: AGB, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Crise alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária. **Correio da Cidadania**. 30 de abril de 2008. (Entrevista concedida).

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, M. A.. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados**. Dourados, 7 p., agosto de 2007. (Transcrição mimeografada).

OLIVEIRA, M. A. M. de Tempo, fronteira e imigrante: Um lugar e suas inexistências. In: OLIVEIRA, T.C. M. (Org.) **Território sem limites: Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, T.C. M.. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2003.

PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo**. Campo Grande, 08 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

PENHA, E. A. Território e territorialidade: Considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2005.

PEREIRA, A. **A superexploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo MS**. Dissertação (Mestrado). FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, P. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Brasília: FGV, 1983.

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil. **Revista Reforma Agrária (ABRA)**. São Paulo, v. 34, n.1, p.35-66, 2007.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: **Obras reunidas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, J. C. **A geografia da escravidão no território do capital**. Dissertação (Mestrado). FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2001.

RIBEIRO, J. C. O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. **Cosmos**. Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p.34-52, 2004.

RIBEIRO, J. C.; THOMAZ Júnior, A. O movimento sindical e a exclusão social. **Revista Novos Rumos**. Curitiba, AGB, n.6, p.01-15, 2001.

RUAS, D. G. G. **O processo da concentração das unidades sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970 – 1992**. Tese (Doutorado). Rio Claro, 1996.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERENÍ, E. La articulación del espacio. In: **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

SHANIN, T. **La classe incómoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, M. A. de M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Reforma Agrária**. São Paulo. n. 2, p.111-141, 2006.

SILVA, M. B.. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul - Fetagri. Campo Grande, 09 p., julho de 2007.(Transcrição mimeografada).

SINGER, P. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2006.

SIQUEIRA, V. M. **De agroindústria a assentamento: Estudo de caso sobre a atuação dos intelectuais de tipo rural” no processo de reforma agrária da Malvina**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Severino Sombra, 2001,

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, J. dos S. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo. **Revista FAEEBA**, Salvador, n. 22, v.13, p. 441-454, 2004. Disponível em <www.estudosdotrabalho.org/artigo.jose1.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2008.

SZMRECSANYI, T. Burguesia colonial e mercado externo dominam o agronegócio. **Correio da Cidadania**. 30 de Janeiro de 2008. (Entrevista concedida).

SZMRECSANYI, T. **O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo. Hucitec, 1979.

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: O exemplo da Grande Dourados**. São Paulo (S.N.), 1989.

TERRA, A. **A organização do espaço rural na microrregião geográfica de Dourados – MS**. Dissertação (Mestrado). Maringá, UEM, 2004,

TERRA, A. Uma análise da modernização agrícola do município de Naviraí/MS: Resultados preliminares. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002. In: **Anais...** Petrolina/PE, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana.** A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do Trabalho e as transformações territoriais: Os limites da leitura geográfica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v.3, n.1, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, n. 37, p.7-26, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2007, Campinas. In: **Anais...** CD ROM, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.24. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Elementos para Recolocar o Debate da Classe Trabalhadora e da Luta de Classes no Brasil). III JORNADA DO TRABALHO, 2007, Presidente Prudente. In: **Anais...** CD ROM Presidente Prudente, 2007.

VASCONCELOS, P. A. Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool do Mato Grosso do Sul - Sindal. Campo Grande, 19 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

VIAN, C. E. F.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. **Economia**, Niterói, v. 4, p. 153-194, 2003.

WEIL, S. Racionalização. In: **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

5.1. Documentos Consultados:

Brasil. Tribunal de Contas da União. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. -- 2. ed. -- Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

CARTILHA SAÚDE DO TRABALHADOR. CRST: Dourados/MS 2007.

Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul: Campo Grande/MS, outubro de 2006.

CONAB. O etanol como um novo combustível universal. Agosto de 2008.

CPT. Vários números.

ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2 ed., Brasília, MDA: DIEESE, 2006.

INFORMAÇÃO UNICA: Vários números.

INFORMATIVO DIDÁTICO DE CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS sobre a expansão da Cana-de-Açúcar em Dourados/MS. **Que Dourados você quer agora?** Dourados 2007.

GESTÃO POLÍTICA E SINDICAL – Programa Nacional de Fortalecimento das entidades Sindicais. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG/Secretaria de Finanças e Administração, Brasília/DF, 2006.

JORNALCANA. Vários números.

MATO GROSSO DO SUL. Convenção coletiva de trabalho para o setor canavieiro: FETAGRI. Campo Grande/MS, 2006/2007.

MATO GROSSO DO SUL. Convenção coletiva de trabalho: FETAGRI/FAMASUL. Campo Grande/MS, 2006/2008.

Mini Vade Mecum de direito 7 em 1, volume 1/ Anne Joyce Angher organização. – 2. ed. – São Paulo: Rideel, 2005. – (Coleção de Leis Rideel. Série míni 3 em 1). ISBN: 85-339-0657-9.

Mini vade Mecum de direito 7 em 1, volume 2/ Anne Joyce Angher organização. – 1. ed. – São Paulo: Rideel, 2005. – (Coleção de Leis Rideel. Série míni 3 em 1). ISBN: 85-339-0740-0.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Usina de açúcar e álcool hidratado/anidro. (Cerona). Batayporã/MS. Janeiro de 2008.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Alavanca Bioenergia. Nova Alvorada do Sul/MS. Julho de 2008.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA - Programa Nacional de Fortalecimento das entidades Sindicais. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG/Secretaria de Finanças e Administração, Brasília/DF, 2006.

UNICA. A energia da Cana-de-açúcar. São Paulo. 2005.

UNICA. Produção e uso do etanol combustível no Brasil. São Paulo. 2007.

6. Anexos

Questionário Aplicado Junto às Agroindústrias Canavieiras

PROJETO - CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

- Nome da empresa:
- Principais sócios do empreendimento:
- Em que ano foi fundada a agroindústria:

- Quais os fatores que influenciaram na implantação da agroindústria na área:
 - Baixo preço das terras;
 - Devido o grupo empresarial já possuir terras na área;
 - Devido ao consumo interno de açúcar e álcool;
 - Devido à região estar localizada numa área pouco expressiva quanto às agroindústrias canavieiras;
 - Devido aos incentivos governamentais;-----

 - Outros fatores;

- A empresa desenvolvia outras atividades produtivas antes da instalação da agroindústria canavieira na área? Se sim, quais?
- Quais os fatores que contribuíram para a expansão da agroindústria na área?
- Houve (re)localização da planta fabril pela agroindústria? Se sim, quais os motivos que levaram a tomar essa atitude?
- Qual a expressão territorial da usina em área plantada ha?

PRÓPRIA	ARRENDADA	FORNECEDORES
---------	-----------	--------------

- Qual (is) é (são) as formas de pagamento do arrendamento?

- Qual é a produtividade média da empresa nos últimos anos?
- Qual o percentual de cana-de-açúcar colhida, nas 3 últimas safras?

PRÓPRIA	ARRENDADA	FORNECEDORES
---------	-----------	--------------

- O plantio é manual ou mecanizado, ou ambos? Em qual proporção?
- A colheita é manual ou mecanizada, ou ambas? Em qual proporção?
- Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte da cana-de-açúcar?
- Qual o número de trabalhadores empregados:

RURAL	INDÚSTRIA	TRANSPORTE	ADMINISTRAÇÃO
-------	-----------	------------	---------------

- A empresa contrata empreiteiros que recrutam a mão-de-obra diarista volante para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar?
- A empresa faz contratação de mão-de-obra indígena? Se sim, quais as principais etnias/ origem das mesmas?
- A empresa oferece condições para qualificação quanto à possibilidade de remanejamento da mão-de-obra utilizada no corte para outras funções?
- Existem cursos atualmente de qualificação profissional para os trabalhadores?
- Existe alguma forma de premiação para os trabalhadores que se destacam no corte da cana-de-açúcar?
- Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte de cana-de-açúcar nos próximos anos?
- Quais são as perspectivas da empresa em relação à produção orgânica e à certificação ambiental – ISOs ?
- Quais são os subprodutos que a empresa produz, atualmente?

- A empresa desenvolve ou visa a investir em projetos de:

- Produção e venda de energia elétrica;
- Crédito de Carbono (Protocolo de Kyoto);
- Seqüestro de Carbono;
- Biodiesel;
- Biocombustível;

- Existe preocupação quanto à exportação, especialmente do açúcar e do álcool? Se sim, quais os principais destinos?

- Como vocês avaliam o processo de expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul?
- Quais as repercussões do processo de desregulamentação do setor canavieiro para a empresa, nos últimos anos?
- Ocorreu mudança de razão social pela agroindústria? Se sim, quais os motivos?
- Há políticas específicas por parte da empresa em relação à conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas pelas queimadas?

Atenciosamente,

José Roberto Nunes de Azevedo – Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Efetivo da Rede Pública do Estado de São Paulo.

Roteiro de questões aplicadas junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais visitados.

- Nome do presidente.
- Membro do sindicato desde quando.
- Possui sede própria.
- Número de associados filiados e em dia.
- Base territorial que abrange.
- Ações realizadas pelo sindicato.
- Opinião sobre o desenvolvimento municipal.
- Distribuição dos trabalhadores por atividade econômica no campo.
- Opinião acerca da expansão da atividade canavieira em Mato Grosso do Sul e, em particular, no município no qual se territorializa.
- Acompanhamento sobre os assentamentos e utilização da mão-de-obra dos mesmos em agroindústrias canavieiras.
- Quais são as formas de obtenção da terra pelas agroindústrias canavieiras.
- Condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores locais.
- Quais são os principais problemas enfrentados pelo sindicato.
- Ocorrência de greves nos últimos anos. Por quê.

LEI Nº 328 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1982

Dispõe sobre a Proteção Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Pedro Pedrossian, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondente à área da bacia hidrográfica de Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o Anexo I.

Art. 2º Respeitada a proibição contida no Artigo anterior, somente será concedida autorização para instalação de qualquer outro tipo de indústria na mesma área, se ficar evidenciado que seu funcionamento não concorrerá ou provocará poluição ambiental no Pantanal.

Parágrafo único - Entende-se por poluição para fins deste Artigo, o definido no Artigo 2º, itens I, II, III do Capítulo II, da Lei Nº 90, de 02 de junho de 1980.

Art. 3º - Ficam assegurados os direitos das indústrias de que tratam os artigos anteriores que, na data da publicação desta lei, já se achem instaladas e em operação, condicionado o funcionamento das mesmas a observância das normas de controle de poluição vigentes.

Art. 4º - Fica proibida a ampliação da capacidade instalada das destilarias de álcool ou usinas de açúcar de que trata o artigo 1º, que já se achem instaladas e em operação na data da publicação desta Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a

contar da data da publicação desta Lei, regulamentará sua aplicação.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 25 de fevereiro de 1982

LEI Nº 3.404, DE 30 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre a localização de estabelecimentos industriais para a produção de açúcar e álcool carburante, para fins de fruição de incentivos ou benefícios fiscais, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O estabelecimento industrial destinado à produção de açúcar e ou álcool etílico carburante, a ser instalado no Estado a partir da publicação desta Lei, somente poderá ser contemplado com incentivos ou benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), caso a unidade fabril seja construída a uma distância mínima, em qualquer direção, de vinte e cinco quilômetros de outros estabelecimentos da mesma espécie ou natureza, e satisfaça as demais condições estabelecidas na presente Lei.

§ 1º Sem prejuízo da restrição de distância prevista no *caput* e para quaisquer outros fins, a instalação de unidade fabril depende de avaliação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), de acordo com a legislação ambiental vigente.

§ 2º O estabelecimento industrial referido no *caput* e destinado à produção de açúcar e ou álcool etílico carburante não poderá ter sua instalação prevista, nem tampouco autorizada, em área situada a menos de cinco quilômetros do perímetro urbano do Município.

§ 3º Excetua-se a esta determinação quando se tratar de instalação de microdestilarias, sendo estas entendidas como aquelas com capacidade de produção de até 5.000 (cinco mil) litros de álcool por dia.

Art. 2º O Governo do Estado, atendendo ao princípio do controle e zoneamento das atividades potenciais, ou efetivamente poluidoras, deverá promover o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, para, entre outros, ordenar o processo de produção de álcool e açúcar, delimitando zonas para o cultivo de cana-de-açúcar, visando ao uso sustentável dos recursos naturais em cada região do Estado, observando, os critérios estabelecidos no Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE).

Art. 3º Nas áreas em que a topografia permitir a colheita mecanizada, a queima de palha de cana-de-açúcar será totalmente eliminada no prazo máximo de 6 (seis) anos, a partir do ano de 2010, à razão de 16,75% (dezesesseis vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, pelo menos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, fica proibida a queima de palha de cana-de-açúcar em áreas situadas a menos de 5 (cinco) quilômetros do perímetro urbano.

Art. 4º Poderá ter benefício fiscal adicional, a indústria de açúcar e ou álcool etílico carburante que:

I - adquirir de terceiros, agricultores locais, localizados no Estado, no mínimo 30% (trinta por cento) de matéria-prima (cana-de-açúcar) utilizada no seu processo produtivo;

II - se estabelecer, incorporando ao seu processo produtivo, para o cultivo de cana-de-açúcar, o aproveitamento de áreas degradadas;

III - eliminar a queima de palha de cana-de-açúcar em prazo inferior ao estabelecido no art. 3º;

IV - implementar programas de proteção aos seus trabalhadores.

Art. 5º As indústrias já instaladas com incentivos ou benefícios fiscais em vigor e que pretendam obter o incentivo fiscal adicional, também deverão cumprir o estabelecido no art. 4º.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º Os empreendimentos relacionados ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool deverão implementar programas visando a garantir os direitos sociais e trabalhistas, promovendo a qualidade de vida digna de seus trabalhadores, e ações de responsabilidade social direcionada às comunidades do seu entorno.

Art. 8º Os demais procedimentos necessários à implementação desta Lei, referentes à instalação de usinas, ao plantio e à colheita de cana-de-açúcar serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

Art. 9º Ficam revogados o § 1º do art. 2º e o inciso II do art. 3º da Lei nº 3.357, de 9 de janeiro de 2007.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de julho de 2007.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado